

Faculdade Canção Nova

Valdeir Grangeiro Bento

Permanecer em Cristo: Cultivando a vida interior à luz de João 15, 1-8; uma abordagem a partir da Teologia Espiritual

**Cachoeira Paulista
2024**

Faculdade Canção Nova

Valdeir Grangeiro Bento

Permanecer em Cristo: Cultivando a vida interior à luz de João 15, 1-8; uma abordagem a partir da Teologia Espiritual

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do grau de bacharel em Teologia na Faculdade Canção Nova sob a orientação do Prof. Me. Gustavo Uchôa.

**Cachoeira Paulista
2024**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso Aprovado em ____/____/____

Banca examinadora:

Orientador:

Prof. Me. Luiz Gustavo Uchoa da Silva

Convidados:

Prof. Dr. Lino Rampazzo

Prof. Me. Rafael Beck Ferreira

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a primeiramente a Deus, fonte de minha inspiração e força em cada passo dessa missão. Aos meus pais (*in memoriam*), que me ensinaram o valor da bondade. Seu amor, apoio e dedicação durante a minha formação como homem, foram fundamentais para a realização deste sonho que já estava no coração de Deus. Aos meus familiares, pela compreensão e incentivo incondicional ao longo de todo o processo. À Comunidade Canção Nova que me forma a cada dia para ser um homem novo segundo o coração de Deus. E a todos que, de alguma forma, fizeram parte dessa caminhada e contribuíram para o meu crescimento pessoal e acadêmico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me conceder força, sabedoria e perseverança para concluir esta etapa. Aos meus pais (*in memoriam*) e familiares, pela base sólida, apoio incondicional e confiança que sempre depositaram em mim. Ao meu orientador, Prof. Me. Luiz Gustavo Uchoa da Silva, pela paciência, orientação e ensinamentos preciosos ao longo deste trabalho. Aos amigos e irmãos, que tornaram esse tempo mais leve com palavras de incentivo e apoio. A cada pessoa que contribuiu, direta ou indiretamente, para a realização deste projeto, meu sincero agradecimento. Obrigado a todos!

.

“Para mim, a oração é um impulso do coração, é um simples olhar que se lança para o Céu, é um grito de gratidão e de amor, tanto no meio da provação, como no meio da alegria; enfim, é algo de grande, de sobrenatural, que me expande a alma e me une a Jesus”.

(Teresa do Menino Jesus, 2016, p. 205).

RESUMO

Este trabalho explora o conceito de “permanecer em Cristo” com base na Teologia Espiritual e na passagem de João 15, 1-8, onde Jesus, ao usar a metáfora da videira e dos ramos, convida os discípulos a uma união profunda e contínua com Ele. Esse chamado sugere que o cristão deve cultivar uma vida interior sólida, fundamentada em práticas como oração, sacramentos e caridade ativa, de modo que essa permanência em Cristo se traduza em frutos espirituais visíveis na vida pessoal e comunitária. Com metodologia teórico-interpretativa, o estudo realiza uma análise exegética e hermenêutica do texto, fundamentando-se em fontes cristãs tradicionais, textos teológicos e orientações do Concílio Vaticano II. Essa abordagem visa interpretar a ideia de “permanência” em Cristo como um princípio essencial à vivência cristã autêntica, que vai além das práticas religiosas externas e promove uma fé enraizada e transformadora. O estudo também oferece meios práticos para cultivar essa permanência, como a oração contemplativa, a participação nos sacramentos e o acompanhamento espiritual, permitindo aos fiéis fortalecerem sua conexão com Cristo. Ao final, a pesquisa busca responder como o cristão pode, com base em João 15, 1-8, desenvolver uma vida interior autêntica e frutífera, promovendo uma espiritualidade genuína e um testemunho de vida concreta.

Palavras-Chave: Permanecer; Discípulo; Espiritualidade; Frutos; Vida interior.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 GÊNESE DA COMUNIDADE DO DISCÍPULO AMADO: FUNDAMENTO DA PERMANÊNCIA NA FÉ EM CRISTO	12
1.1 A formação das comunidades joaninas e seu contexto	12
1.2 Fundamentos da permanência em Cristo da comunidade Joanina	16
1.3 Permanecer em Cristo como penhor da vida divina no Homem	18
2 EXEGESE E HERMENÊUTICA BÍBLICA DA PASSAGEM DE JOÃO 15, 1-8 ...	22
2.1 Distinção entre exegese e hermenêutica	22
2.2 Análise exegética da perícopes de Jo 15, 1-8	29
2.3 Desdobramentos hermenêuticos a partir da ideia de “permanecer” e produzir frutos em Cristo.....	36
3 PERMANECER EM CRISTO: O CULTIVO DA VIDA INTERIOR À LUZ DE JO 15, 1-8	39
3.1 Teologia Espiritual: desenvolvimento e aspectos fundamentais	39
3.2 Teologia Espiritual segundo autores modernos	45
3.2.1. O que a Igreja, Vaticano II ensina sobre espiritualidade	49
3.3 Meios de cultivo da permanência em Cristo por meio da vida interior	52
CONCLUSÃO	63

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca investigar o conceito e a prática do “permanecer em Cristo”, interpretado à luz da Teologia Espiritual e da passagem do Evangelho de João 15, 1-8, onde Jesus, utilizando a metáfora da videira e dos ramos, revela uma das chaves fundamentais para a vivência cristã autêntica. A exortação de Jesus aos discípulos para que “permaneçam” Nele expressa uma dimensão essencial da Teologia Espiritual, que se concentra na vida interior como caminho de união com Deus. Nesse contexto, a ideia de permanência em Cristo se traduz como um chamado para que o cristão estabeleça e cultive uma conexão profunda e contínua com o Senhor, permitindo que essa relação molde sua vida e produza frutos espirituais visíveis tanto no nível individual quanto comunitário. Esta pesquisa busca, portanto, não apenas examinar a fundamentação teológica e bíblica dessa permanência, mas também a partir de uma hermenêutica apontar meios práticos e espirituais que auxiliem o fiel a aprofundar sua vida interior, tornando-se, assim, um verdadeiro ramo frutífero em Cristo.

A escolha do tema reflete a relevância do aprofundamento na espiritualidade cristã em um contexto onde, frequentemente, a prática religiosa tende a se concentrar nas ações exteriores, sem o devido enraizamento em uma vida interior sólida ou até mesmo uma devida atenção à saúde da vida espiritual. Ao longo da história da Igreja, a Teologia Espiritual destacou a necessidade de o cristão desenvolver um relacionamento pessoal com Deus, sustentado pela oração, pelos sacramentos e pela caridade ativa. Tais práticas, quando compreendidas e aplicadas à luz da metáfora joanina, assumem uma nova profundidade e significado. Permanecer em Cristo, como sugere o Evangelho de João, não é apenas um convite para seguir Seus ensinamentos, mas um chamado para estar verdadeiramente enxertado Nele, de modo que a própria essência do cristão seja moldada por essa união íntima e transformadora. A metáfora do ramo que só frutifica quando unido à videira é, nesse sentido, central para a compreensão de como o cultivo da vida interior se torna fundamental para uma fé viva e frutífera.

Este trabalho foi desenvolvido com base em uma metodologia teórico-interpretativa, que envolve a análise exegética e hermenêutica do texto bíblico e a investigação de fontes da tradição cristã e da Teologia Espiritual. A exegese da passagem de João 15, 1-8 permite não apenas uma compreensão literal da metáfora, mas também uma exploração mais ampla de suas implicações teológicas e espirituais. A pesquisa trará à tona ensinamentos dos Padres da Igreja e teólogos que, ao longo da história, ofereceram contribuições valiosas para a compreensão e a vivência do “permanecer em Cristo” como um elemento central da vida cristã. Além disso, o estudo se apoia em textos contemporâneos da Teologia Espiritual, direcionamentos práticos do Concílio Vaticano II que resgatam o valor da vida interior e da espiritualidade na formação de uma comunidade cristã autêntica.

A relevância do tema é corroborada pela necessidade de uma espiritualidade que vá além da mera observância religiosa, buscando uma vivência cristã que alcance e transforme a vida pessoal e comunitária dos fiéis. Permanecer em Cristo, conforme apresentado no Evangelho de João, representa um caminho contínuo de conversão e amadurecimento espiritual. A vida interior, sustentada pela oração, pela recepção frequente dos sacramentos, pela prática da caridade e pela relação filial com a Mãe do Salvador, torna-se o alicerce de uma fé capaz de enfrentar os desafios do mundo moderno e de testemunhar, de forma concreta, o amor de Deus no cotidiano.

Ao longo do trabalho, são apresentados os meios de cultivo dessa permanência em Cristo, que incluem, mas não se limitam, à oração contemplativa, à participação nos sacramentos e ao direcionamento espiritual. Cada um desses elementos será explorado como uma via de aproximação a Cristo, oferecendo ao fiel a possibilidade de fortalecer sua relação com o Senhor e vivenciar uma fé que se traduz em atitudes e transformações concretas na vida diária.

Em síntese, o trabalho busca responder à seguinte questão central: como o cristão pode cultivar, à luz de João 15, 1-8, uma vida interior que o leve a permanecer em Cristo de forma autêntica e frutífera? A resposta a esta questão envolve uma abordagem tanto teológica quanto prática, analisando o “permanecer em Cristo” como fundamento da vida espiritual e propondo práticas que fortalecem essa união transformadora. Assim, espera-se que esta investigação contribua para o enriquecimento da vida espiritual dos leitores, oferecendo-lhes caminhos para uma

espiritualidade autêntica e para uma vivência cristã que reflita, de maneira plena e profunda, o chamado à permanência em Cristo.

1 GÊNESE DA COMUNIDADE DO DISCÍPULO AMADO: FUNDAMENTO DA PERMANÊNCIA NA FÉ EM CRISTO

A seção a seguir abordará o contexto histórico e teológico que influenciou a formação das comunidades joaninas no primeiro século, destacando as circunstâncias e conflitos que moldaram o desenvolvimento de sua teologia. Em seguida, a seção explora os fundamentos da permanência em Cristo, como elemento central da espiritualidade joanina e garantia da comunhão com Deus. Por fim, destaca-se a importância de permanecer em Cristo, como a verdadeira videira, para que os discípulos possam viver a plenitude da vida divina, uma comunhão vital para a produção de frutos espirituais genuínos.

1.1 A formação das comunidades joaninas e seu contexto

Segundo o evangelho e as epístolas atribuídas a João, a comunidade joanina surgiu a partir de um contexto de transformação e conflito com o judaísmo do primeiro século, como ressalta Boring:

(...) desde o início a comunidade parece mais afetada pelos movimentos judaicos sectários ou marginais que não se tornaram a corrente principal do judaísmo: os seguidores de João Batista, elementos essênios similares àqueles da comunidade de Qumran, influências samaritanas, a tradicional sabedoria judaica helenista como representada por Filo (2015, p. 1135).

Antes de ser escrito o Evangelho de João, a comunidade já estava imersa em discussões teológicas e sociais que moldaram sua identidade e espiritualidade. Nascimento (2014) destaca que, no período primitivo do cristianismo nascente, a comunidade joanina era formada principalmente por judeus que viam Jesus como o Messias prometido, mas tinham uma cristologia relativamente básica, ou seja, uma compreensão menos elaborada acerca da natureza divina de Cristo.

O grupo inicial da comunidade joanina, composto principalmente por judeus, tinha uma visão de Jesus como o Messias, mas sem uma compreensão tão

desenvolvida de sua preexistência ou de sua divindade plena, destaca Nascimento (2014). Isso significa que, embora acreditassem que Jesus era o Messias prometido pelas Escrituras judaicas, essa crença ainda estava centrada em uma visão tradicional do Messias como um líder humano, escolhido por Deus, mas sem a concepção mais profunda de que Jesus era o próprio Filho de Deus, que existia antes de toda a criação.

A formação inicial da comunidade joanina alinhava-se com outras tradições judaico-cristãs da época. Isso é evidenciado pelos títulos atribuídos a Jesus, que eram semelhantes aos encontrados nos evangelhos sinóticos, nos Atos dos Apóstolos e nas cartas de Paulo. Esses judeus, influenciados pelos ensinamentos de João Batista, foram os primeiros a seguir Jesus, aceitando-o sem grandes problemas como o Messias anunciado pelas Escrituras.

De acordo com Boring (2015), os judeus que sustentavam expectativas tradicionais, como os seguidores de João Batista, chegaram a aceitar Jesus como o Messias davídico nos anos que antecederam a redação do quarto Evangelho. Estes primeiros discípulos, inicialmente centrados na Palestina, viam Jesus como alguém que defendia a vocação messiânica, que foi validada pelos sinais que realizou.

Com o tempo, a comunidade desenvolveu uma cristologia mais elevada, enfatizando a preexistência de Jesus e sua natureza divina. Essa evolução trouxe conflitos com outros judeus, que consideravam essa visão blasfema. Mesmo assim, a comunidade joanina manteve-se fiel às suas raízes, integrando essa percepção mais elevada de Jesus com a tradição recebida, acreditando que essa nova compreensão era a verdadeira interpretação dos ensinamentos originais.

Aos poucos, esse grupo inicial de seguidores foi crescendo, inclusive o Discípulo Amado. Discípulo este que é uma figura central no quarto evangelho, descrito como um seguidor especialmente querido e próximo de Jesus, embora sua identidade exata permaneça um mistério de acordo com Brown (1983).

Muitos estudiosos tradicionalmente o associaram a João, filho de Zebedeu, um dos Doze Apóstolos. Essa ideia foi questionada por estudiosos como Schnackenburg e Brown *apud* Silva (2007), que argumentam que ele pode não ter sido parte do grupo dos Doze, especialmente devido à sua ausência nos evangelhos sinóticos (Mateus, Marcos e Lucas).

Ainda sobre o Discípulo Amado, Silva (2007) afirma que este parece ter uma relação única com Jesus, distinta de outros discípulos, como Pedro, e pode ter sido inicialmente um seguidor de João Batista antes de seguir Jesus. Sua presença em momentos importantes, como a Última Ceia (Jo 13, 1ss) e a Crucificação (Jo 19, 25-27), e sua influência dentro da comunidade joanina, sugerem que ele possuía autoridade e credibilidade.

Acerca da identificação do Discípulo Amado, Brown (1983) conclui que, embora sua identidade permaneça não revelada, o Discípulo Amado é apresentado como uma figura de grande importância espiritual e teológica, cuja proximidade com Jesus o torna um modelo de discipulado dentro da tradição joanina.

Outro grupo destacado que foi crescendo na comunidade joanina são os judeus com mentalidade diferente do templo, que conquistou novos seguidores na região da Samaria.

Conforme destaca Boring (2015, p. 1134):

Nos sinóticos e Atos, Jesus não realiza nenhuma missão à Samaria (Mt 10,5 proíbe explicitamente de ir para os samaritanos), mas após a ressurreição a comunidade protocristã evangelizou Samaria com êxito, em parte como subproduto da perseguição pelos líderes judeus na Judeia (At 8). Em Atos, essa missão é a obra dos cristãos helenistas. O relato da aceitação da mensagem de Jesus por parte dos samaritanos em Jo 4 parece refletir o êxito da missão aos samaritanos.

Para Boring (2015) a comunidade do Discípulo Amado é descrita pela grande importância em sua ênfase no entendimento da divindade de Jesus e na sua relação íntima com o Pai. Os cristãos joaninos perceberam Jesus como alguém que estava com Deus desde o princípio e levou a palavra divina ao mundo, conforme descrito no prólogo do quarto Evangelho: "No princípio era o Verbo e o Verbo estava com Deus e o Verbo era Deus. No princípio, ele estava com Deus" (Jo 1, 1-2).

Esta compreensão acerca de Cristo, de sua preexistência e da sua relação íntima com o Pai, descrita ao longo do evangelho de João, influenciou a teologia da comunidade e levou a discussões acaloradas com líderes religiosos judeus que acusavam os cristãos joaninos de abandonarem a ideia monoteísta de Deus, divinizando o entendimento sobre a pessoa de Jesus elevando-o ao patamar do próprio Deus.

Desse modo, a partir dos escritos joaninos, é possível discorrer sobre uma comunidade que tinha uma visão dualista da realidade em diversos aspectos, em que Jesus, por exemplo, é retratado como a luz que veio ao mundo e que aqueles que o rejeitam permanecem nas trevas (Jo 3, 19-21).

Brown (2012) afirma que essa percepção dos joaninos acerca de Jesus pode contribuir significativamente com a espiritualidade da comunidade e o entendimento sobre o Mestre de Nazaré. Esta visão dualista é enfatizada no decorrer do Evangelho de João, refletindo no modo de vida da comunidade joanina, de que o mundo estava sob o controle de Satanás, pois, rejeitar Jesus e a sua mensagem era escolher permanecer sob o poder das trevas ou do Maligno.

Conforme descrito por Brown (2012), os líderes religiosos judeus, que os expulsaram das sinagogas e os consideravam filhos do demônio, levaram à exclusão e perseguição da comunidade joanina. Esta hostilidade favoreceu com que os joaninos se vissem isolados do mundo e se distanciassem cada vez mais de outros grupos que não compartilhavam da mesma separação com a sinagoga. Brown (2012, p. 509) afirmou ainda que: "No relacionamento deles com outros cristãos, eles rejeitavam alguns por terem uma cristologia tão inadequada que eram verdadeiros descrentes (Jo 6,60-66)".

Esta tensão entre judeus e a comunidade joanina é refletida nos escritos de João e estes visam exortar os membros da comunidade a permanecerem em sua verdadeira fé em Jesus Cristo. As tensões existentes na comunidade joanina se tornaram evidentes, principalmente nas cartas segunda e terceira de João, quando foram escritas.

A comunidade estava dividida em dois grupos distintos e hostis, refletidos na linguagem de "nós" e "eles" conforme descrita na primeira carta de João. De acordo com os apontamentos de Boring (2015), o desenvolvimento das afirmações cristológicas tornou-se extremamente unilateral, influenciado por ideias protognósticas e interpretações gnóstico-docéticas acerca de Jesus.

Para Boring (2015) alguns da comunidade começaram a ver a divindade de Cristo de uma forma que comprometia a sua verdadeira humanidade, uma cristologia docetista, isto é, ter o entendimento de que Cristo seria apenas um ser espiritual transcendente e que nunca havia se tornado parte deste mundo. Desse modo, paralelamente a isso, a compreensão escatológica da comunidade levou a

declarações extremas que colocaram em perigo a humanidade dos fiéis. Com isso, é possível perceber realidades refletidas nos escritos joaninos que ressaltam a relevância da reflexão acerca da permanência na verdadeira fé.

Segundo Boring (2015), a comunidade joanina se destaca pela linguagem e conceitos teológicos distintivos presentes nas Cartas e no Evangelho atribuídos a João. Temas como, a unidade entre o Pai e o Filho, o dualismo entre Deus e o mundo, a encarnação de Jesus Cristo, o nascimento espiritual e o conhecimento de Deus são alguns dos conceitos-chave que caracterizam essa tradição. É também possível ainda dizer de uma comunidade que se destaca por meio do uso da terminologia que a caracteriza como uma comunidade de "comunhão" ou "permanência", termos estes importantes ao redator do quarto evangelho.

1.2 Fundamentos da permanência em Cristo da comunidade Joanina

Segundo Nascimento (2014) no princípio da formação da comunidade joanina é possível destacar duas fases que contribuíram para a sua unidade. Em sua primeira fase da composição, no início do primeiro século do cristianismo, com origem na Palestina, a comunidade joanina tinha no judaísmo sua influência em diversas correntes teológicas.

A maior parte da comunidade foi formada por judeus, cuja crença em Jesus se baseava numa cristologia alto descendente. Eles acreditavam que Jesus era o Messias, embora suas expectativas em relação a ele não tenham sido tão elevadas quanto foram em comunidades posteriores, em um melhor entendimento sobre a divindade de Cristo.

Além disso, a comunidade possuía discípulos de João Batista e, depois, samaritanos convertidos. Estes grupos trouxeram perspectivas diferentes e ajudaram a comunidade a desenvolver uma teologia mais elevada sobre Jesus Cristo. No entanto, a inclusão dos samaritanos à comunidade joanina, resultou em dificuldades e hostilidades com as sinagogas judaicas. Segundo Nascimento (2015, p. 660):

Como vimos na formação da comunidade joanina, por um lado, temos discípulos do grupo de João Batista que aderem facilmente à proposta de Jesus, por outro, temos discípulos do mesmo João Batista que se opõem à proposta de Jesus. O próprio movimento joanino pode ter tido suas raízes entre esses discípulos (especialmente o discípulo amado).

Já na segunda fase, a comunidade joanina se tornou mais aberta aos gentios e sofreu transformações geográficas, eventualmente migrando para a Ásia Menor, de modo particular a Éfeso. Esta mudança para outras culturas exigiu adaptações a uma nova linguagem para tornar a mensagem mais acessível a outros povos.

Segundo Silva e Araújo (2016, p. 392):

Assim sendo, tanto o testemunho clássico quanto recentes estudos acerca do Quarto Evangelho apontam Éfeso como o principal local de origem do mesmo. Éfeso teria sido uma cidade de grande importância na história da comunidade joanina, e, portanto, de sua teologia. Não se pretende afirmar aqui detalhadamente como se deu a relação de João com Éfeso, mas o que se pode afirmar é que, segundo especialistas, houve em Éfeso a presença de cristãos joaninos e seu pensamento teológico.

A partir disso, uma visão mais universalista foi adotada pela comunidade, que enfatizou o dualismo entre trevas e luz, crentes e não-crentes. No entanto, apesar desta dualidade, a comunidade ainda mantinha um forte sentido de fraternidade e comunidade entre os seus membros. Com o avanço para outras nações a comunidade afasta-se de suas origens judaicas mais primitivas e abraça uma visão mais universalista. Essa fase representou uma transformação significativa na identidade e na missão da comunidade joanina.

Segundo dados da pesquisa de Nascimento (2014), é possível perceber que no quarto evangelho havia outros grupos que poderiam comprometer sua unidade e permanência na verdadeira fé anunciada pelo Discípulo Amado. Esses grupos são categorizados com base em seu relacionamento com Jesus e sua fé.

A seguir, conforme Nascimento (2014), é possível destacar seis grupos principais que podem ser reconhecidos, como: o mundo, que são aqueles que rejeitaram Jesus; o termo "mundo" é empregado àqueles que rejeitaram a luz de Jesus.

Outro grupo é destacado pelo uso do termo "judeus" que é utilizado para referenciar as autoridades judaicas, principalmente fariseus, que rejeitaram Jesus. O judaísmo rabínico de característica farisaica ganhou destaque após o ano 70 d.C.

Outro grupo consiste nos seguidores de João Batista. O Evangelho de João descreve de modo negativo sobre alguns destes, pois uns aderiram e outros se opuseram à mensagem de Cristo.

Nascimento (2014) destaca ainda que, de acordo com Brown, existia ainda o grupo conhecido como cripto cristãos, isto é, eram cristãos judeus dentro da sinagoga que não se revelavam seguidores de Jesus, sentiam-se atraídos por ele, entretanto, tinham medo de proclamar publicamente a sua fé para evitar serem expulsos da sinagoga.

Havia ainda os cristãos judeus de fé inadequada, isto é, tinham fé em Jesus, mas com deficiências. Por fim, existiam os cristãos das igrejas apostólicas: representados pelos doze, esses cristãos eram mais próximos de Jesus e tinham uma fé mais profunda, conforme retratado no Evangelho de João.

De acordo com Brown (*apud* Nascimento 2014, p. 660), é destacado que:

Mais tarde na história da comunidade, quando os cristãos joaninos eram claramente distintos dos grupos de cristãos que se associavam com as memórias dos doze, a afirmação que eles possuíam o testemunho do Discípulo Amado possibilitava os cristãos joaninos defender seus pontos de vistas peculiares em cristologia e eclesiologia.

Por fim, por meio desse **panorama sobre a gênese da comunidade joanina, destaca-se o valor da unidade na comunidade do Discípulo Amado**, apesar da diversidade e dos desafios enfrentados em sua composição e consolidação inicial. Conforme destacou Nascimento (2014) em sua pesquisa, **Jesus Cristo, por meio do autor dos escritos joaninos, chama a atenção dos seus discípulos para uma unidade e permanência até a sua volta (Jo 17, 21-26), isto é, na Parusia, seu retorno último no fim dos tempos.**

1.3 Permanecer em Cristo como penhor da vida divina no Homem

Ao falar sobre a analogia da Videira presente no capítulo 15 do Evangelho de João, Agostinho (2022) aprofunda o **conceito sobre Cristo como a "videira verdadeira" e seus discípulos como os "ramos"**. Para o bispo de Hipona, essa metáfora não é apenas um simples entendimento terreno em relação a uma planta com seus ramos, mas **revela verdades profundas sobre o vínculo entre Cristo e a humanidade.**

Primeiramente, Agostinho (2022) explica que **Cristo é a "videira verdadeira" na medida em que Ele é o "Mediador entre Deus e os homens." (1 Tm 2,5). Isso**

significa que, por meio de Sua encarnação, Cristo une a natureza divina e humana, tornando possível que toda a humanidade esteja unida a Ele como os ramos se unem à videira. A videira e os ramos compartilham a mesma natureza. Desse modo, é possível dizer que a humanidade participa da vida divina a partir de Cristo. Por meio dele, a natureza humana é santificada e transformada, por meio dessa permanência no Senhor e em suas palavras.

A analogia da videira usada por João enfatiza a necessidade de permanecer em Cristo para garantir a união e a vida espiritual plena. A comunidade joanina, formada por diferentes grupos, enfrentava tensões, tanto com as autoridades judaicas, quanto internamente. Porém, a alegoria da videira mostra que, assim como os ramos devem permanecer conectados à videira para produzir frutos, os membros da comunidade precisam permanecer em Cristo para alcançar a plena comunhão com Deus e viver em unidade.

Segundo Vasconcellos (2018), no quarto evangelho, Jesus é apresentado como um sábio que comunica verdades profundas por meio de discursos. Ele revela sua identidade e importância para a comunidade, proclamando-se como o Filho de Deus (Jo 3,13-14; 6,62; 8,28; 12,23-34), o pão da vida (Jo 6,35), a ressurreição (Jo 11,25) a videira verdadeira (Jo 15,1-8) etc. A imagem da videira destaca a necessidade de os discípulos permanecerem em Cristo, assim como os ramos permanecem ligados ao tronco para dar frutos, tomando parte nessas verdades profundas.

De acordo com Vasconcellos (p. 119-120, 2018):

Quando Jesus diz que “ele” é isso, e mais isso, e mais isso, no fim das contas está dizendo também que só ele é. Ao menos em relação a outras possibilidades existentes no contexto em que a comunidade se encontra, só ele é o pão da vida, a porta das ovelhas, o bom pastor etc. O texto não está discutindo a questão da diversidade religiosa em termos teóricos. Está refletindo a partir da realidade cotidiana da comunidade joanina, acossada pelos líderes da sinagoga e pela gente que está associada a ela, que discriminam e rejeitam aquelas pessoas que aderiram a Jesus, às claras e sem receio. A pergunta concreta que está em jogo é: vale a pena comprometer-se com Jesus? Não teria sido melhor permanecer na sinagoga e evitar tanto risco, tantos prejuízos? É a partir de um ambiente marcado por essas questões e temores que devem ser considerados os diversos “eu sou” que no quarto evangelho Jesus proclama a respeito de si mesmo.

Desse modo, essa permanência é fundamental, especialmente para a comunidade joanina, que enfrentava a exclusão da sinagoga. A verdadeira videira

não é mais a sinagoga, representada pelos judeus, mas o próprio Jesus, e a ligação com ele é vital. Permanecer em Cristo e em suas palavras forma uma comunidade unida pelo amor, rompendo com as lógicas de dominação, destaca Vasconcellos (2018).

A vivência cristã envolve tanto a união com Cristo, quanto o compromisso amoroso entre os membros da comunidade. A metáfora da videira e seus ramos reflete a essência da vida cristã: comunhão com Jesus e entre os irmãos.

Ainda sobre a analogia da videira verdadeira Konings (2005) explica a rica simbologia da videira usada em João 15,1-8. A videira era um símbolo muito importante para o povo de Israel, tanto no contexto econômico quanto no espiritual. Os profetas, como Oséias (Os 10, 1-5), Isaías (Is 5, 2-7) e Jeremias (Jr 2, 21-22), já haviam comparado Israel a uma vinha que, ao longo do tempo, se tornou infiel e degenerada, sendo castigada por Deus.

Jesus, em João 15, retoma essa imagem, mas com uma mudança significativa: Ele se declara a "videira verdadeira", afirmando que agora Ele, e não Israel, é o tronco que sustenta a vida espiritual.

Konings (2005, p. 284) ressalta que:

Em plena conformidade com o resto de sua teologia, João aplica, mais uma vez, um grande símbolo de Israel ao próprio Jesus. Podemos até dizer que Jesus é a personalidade corporativa que resume em si o novo povo que substitui a 'vinha Israel'.

Desse modo, Jesus substitui a antiga vinha de Israel, sendo o tronco ao qual os discípulos, representados pelos ramos, devem estar ligados para produzir frutos. O Pai, que antes era visto como o dono da vinha, agora é apresentado como o agricultor ativo, que cuida e poda a videira. Ele remove os ramos secos e limpa os produtivos para que deem ainda mais frutos. Esta limpeza é feita por meio da palavra de Jesus, que purifica e une os fiéis a Ele (Jo 15, 1-11).

Konings (2005) também observa que, para a comunidade joanina no final do primeiro século, havia grande pressão externa, como perseguições e falsas doutrinas, que ameaçavam afastar alguns membros da fé em Jesus. O apelo do Mestre de Nazaré para que os ramos permaneçam unidos ao tronco é um chamado à perseverança, para que a comunidade continue a produzir os frutos que o Pai

espera. Aqueles que abandonam a fé são comparados a ramos que perdem a conexão com o tronco e devem ser queimados.

A esse respeito, o bispo de Hipona enfatiza que, quando Cristo se refere a Si mesmo como a "videira verdadeira", Ele também está distinguindo-se de uma videira "bastarda" ou falsa. Agostinho (2022) também faz referência à ideia de que, no Antigo Testamento, Deus esperava que o povo de Israel, simbolizado como uma videira, produzisse bons frutos, mas, em vez disso, produziu espinhos, ou seja, comportou-se de maneira infiel.

Para Agostinho (2022), ao chamar-se "videira verdadeira", Cristo está afirmando que Ele é a verdadeira fonte de vida espiritual e que, ao contrário da videira infiel, Ele cumpre perfeitamente a vontade de Deus e produz frutos autênticos. Os ramos, que são seus discípulos, só podem dar frutos verdadeiros se permanecerem n'Ele.

Assim, para Agostinho (2022), a analogia da videira e dos ramos não apenas ilustra a unidade entre Cristo e Seus seguidores, mas também enfatiza a autenticidade e a fidelidade de Cristo em contraste com a infidelidade do antigo Israel. Ele é a fonte verdadeira e legítima de vida espiritual, e somente através d'Ele os discípulos podem florescer e produzir frutos espirituais genuínos.

Com isso, é possível dizer que a analogia da videira verdadeira sublinha a importância de permanecer em Cristo como o penhor da vida divina no homem. Jesus, sendo o tronco da videira, é a fonte de vida espiritual para os discípulos, que são os ramos. Para dar frutos, os ramos devem estar ligados a Ele, e o Pai, como agricultor, cuida da videira, removendo os ramos secos e purificando os produtivos por meio da palavra de Cristo.

Esse vínculo com Cristo é essencial para os discípulos, pois somente ao permanecerem n'Ele podem produzir frutos genuínos e autênticos. De acordo com os autores citados anteriormente, Cristo é a verdadeira videira, a videira fiel, distinguindo-se da infidelidade da antiga vinha de Israel, e somente através de sua fidelidade os fiéis podem alcançar a plenitude da vida divina.

Portanto, permanecer em Cristo, não só garante a unidade com Deus, mas também é a condição para que os discípulos vivam uma vida espiritual autêntica, enraizada na verdadeira fonte de vida, naquele que verdadeiramente tem o poder de comunicar a vida plena.

2 EXEGESE E HERMENÊUTICA BÍBLICA DA PASSAGEM DE JOÃO 15, 1-8

Esta seção aborda três aspectos para a compreensão de João 15,1-8. Primeiramente, distingue-se exegese de hermenêutica. Em seguida, faz-se uma exegese da perícopa sobre a metáfora de Jesus como "videira verdadeira" destacando o sentido do verbo permanecer e da palavra "fruto" que o autor sagrado apresenta em seu Evangelho. Por fim, há uma análise hermenêutica sobre a passagem e explora-se o sentido espiritual da permanência, destacando a comunhão contínua com Cristo como fonte de vida e frutificação espiritual. Esses três pontos fornecem uma base importante para o entendimento do texto e suas aplicações na vida interior do fiel cristão.

2.1 Distinção entre exegese e hermenêutica

De acordo com a Constituição Dogmática *Dei Verbum*, um dos principais documentos do Concílio Vaticano II (1962-1965), que aborda sobre a Revelação Divina, sobre a maneira de como Deus se comunica com a humanidade e o papel das Escrituras na vida da Igreja, ao referir-se à exegese bíblica, ou seja, à interpretação das Escrituras, reafirma-se que **a Bíblia é a Palavra de Deus, escrita sob a inspiração do Espírito Santo, mas que também foi redigida por autores humanos. Por isso, a exegese, deve levar em consideração tanto o caráter divino quanto o caráter humano dos textos sagrados.**

A constituição aponta para a necessidade de um método equilibrado de interpretação, que não se limite a um enfoque puramente literal, mas que também valorize o sentido espiritual das Escrituras. Em seu n. 12 a *Dei Verbum* (DV) ressalta que:

Para descobrir a intenção dos hagiógrafos, devem-se levar em conta, entre outras coisas, também os 'gêneros literários'. Pois a verdade é apresentada e expressa de maneiras diferentes nos textos que são de vários modos históricos, ou proféticos ou poéticos, ou nos demais gêneros de expressão. Ora, é preciso que o intérprete pesquise o sentido que, em determinadas circunstâncias, o hagiógrafo, conforme a situação de seu tempo e de sua cultura, quis exprimir e exprimiu por meio de gêneros literários então em

uso. Pois para corretamente entender aquilo que o autor sacro quis afirmar por escrito, é necessário levar devidamente em conta tanto as nossas maneiras comuns e espontâneas de sentir, falar e contar, as quais já eram correntes no tempo do hagiógrafo, como as que costumavam empregar-se largamente no intercâmbio daquelas eras.

Desse modo, o Sagrado Concílio ensina que, para interpretar corretamente a Bíblia, é essencial considerar os gêneros literários usados pelos autores sagrados, pois a verdade é expressa de diferentes maneiras, dependendo se o texto é histórico, poético, profético ou outro.

Ainda sobre a interpretação dos textos sagrados, a *Dei Verbum* afirma que há uma relação inseparável entre a Sagrada Tradição, a Sagrada Escritura e o Magistério da Igreja. Juntos constituem o "depósito sagrado" da palavra de Deus, confiado à Igreja. De acordo com o n. 10 da Constituição:

(...) a Sagrada Tradição, a Sagrada Escritura e o Magistério da Igreja estão de tal maneira entrelaçados e unidos, que um não tem consistência sem os outros, e que juntos, cada qual a seu modo, sob a ação do mesmo Espírito Santo, contribuem eficazmente para a salvação das almas.

Como observado, para entender o que os autores sagrados queriam comunicar, é necessário levar em conta o contexto cultural e as formas de expressão da época em que os textos foram escritos. Além disso, ressalta-se que a Sagrada Tradição, a Sagrada Escritura e o Magistério da Igreja estão inseparavelmente unidos, formando um único depósito da palavra de Deus, guiados pelo Espírito.

Em uma visão mais recente sobre a exegese bíblica, Ignace de la Potterie *et al.* (1996, p. 172-176), ao citar o teólogo Romano Guardini na obra *Exegese Cristã hoje*, exploram o princípio fundamental de que o método usado para interpretar a Bíblia deve estar de acordo com sua natureza, ou seja, a fé.

A Bíblia não pode ser compreendida plenamente apenas por meio de métodos históricos, pois esses se limitam a fenômenos externos. Ignace de la Potterie *et al.* (1996, p.173) enfatizam que:

Com efeito a Escritura, enquanto Palavra de Deus, é bem mais que um documento simplesmente histórico que nos informa sobre o passado de Israel e dos primeiros cristãos. Ela é um texto inspirado que nos revela a ação de Deus na história. Enquanto Palavra de Deus ela somente poderá ser acolhida só na fé.

Ressalta-se com isso que a Palavra de Deus, para ser verdadeiramente compreendida, deve ser abordada pela fé. Ele critica a exegese científica predominantemente historicista, que tende a perder o aspecto teológico central do texto. De acordo com Ignace de la Potterie *et al* (1996), Guardini propõe que a exegese deve ser realizada dentro do contexto da fé, respeitando as rigorosas exigências da pesquisa científica, mas sem ignorar a dimensão espiritual.

Com isso, pode-se dizer que a verdadeira ciência da fé envolve não apenas o conhecimento técnico, mas também uma profunda experiência de fé e uma capacidade de interpretar os textos bíblicos com esse pano de fundo. Ignace de la Potterie *et al* (1996) descrevem a teologia como uma "ciência hermenêutica", pois se baseia na interpretação de textos cujo sentido profundo não é imediatamente acessível.

Desse modo, o valor científico da teologia, assim como da exegese, reside em seu esforço de compreensão, sistematização e busca pelo sentido dos textos Sagrados, impulsionado pela fé e pela abertura ao mistério divino corroborando no processo reflexivo que viabiliza maior aprofundamento naquilo que se crê.

Observa-se, com isso, que a Igreja Católica, ao longo de sua história, sempre buscou um equilíbrio delicado na abordagem da exegese bíblica, de forma que esta não apenas respeite os avanços do conhecimento contemporâneo, mas também se mantenha fiel ao sentido mais profundo da fé. Isso é evidente no documento da Pontifícia Comissão Bíblica "A Interpretação da Bíblia na Igreja", que oferece uma visão abrangente e cuidadosa da relação entre a Sagrada Escritura, a Tradição e o Magistério.

O ensino da Igreja também enfatiza que a análise histórica de um texto, por mais valiosa que seja, não é suficiente por si só. Ela deve ser complementada por uma leitura espiritual da Escritura. Nesse sentido, a exegese bíblica não pode se restringir ao estudo filológico ou histórico, mas deve também ser um ato de fé, no qual o intérprete se aproxima dos textos sagrados com o coração aberto à ação do Espírito Santo, conforme ressalta a Pontifícia Comissão Bíblica (2010, p. 98):

Em regra geral, pode-se definir o sentido espiritual, entendido segundo a fé cristã, como o sentido expresso pelos textos bíblicos, logo que são lidos sob influência do Espírito Santo no contexto do mistério pascal do Cristo e da vida nova que resulta dele. Esse contexto existe efetivamente. O Novo Testamento reconhece nele a realização das

Escrituras. É, assim, normal reler as Escrituras à luz deste novo contexto, que é aquele da vida no Espírito.

Desse modo, a fé, então, desempenha um papel central nesse processo, uma vez que os textos bíblicos são, em última instância, a Palavra de Deus revelada à humanidade. Com isso, pode-se dizer que a Bíblia não é apenas um documento histórico; ela é viva e eficaz (Hb 4,12), pois comunica a verdade salvífica, aquela que nos conduz à salvação.

Além disso, de acordo com a Pontifícia Comissão Bíblica (2010) o sentido espiritual das Escrituras deve ser considerado em sua plenitude. O sentido literal, ou seja, aquilo que o autor humano quis expressar, é importante, mas deve ser lido à luz do sentido espiritual, que aponta para as verdades mais profundas da fé cristã. Isso inclui o sentido alegórico, que vê em certas passagens uma prefiguração de Cristo e da Igreja; o sentido moral, que oferece ensinamentos sobre como devemos viver; e o sentido anagógico, que nos direciona para as realidades futuras e escatológicas.

Essa abordagem equilibrada reflete a riqueza da exegese bíblica na Tradição Católica. A Igreja, ao promover o uso dos métodos científicos modernos na interpretação das Escrituras, convida os exegetas a respeitarem as exigências da pesquisa acadêmica, mas ao mesmo tempo recorda que a leitura bíblica é, antes de tudo, um encontro com Deus.

Ao falar da leitura dos Evangelhos, por exemplo, a Pontifícia Comissão Bíblica (2010, p. 153) enfatiza que “deve ser feita de maneira a provocar um encontro com o Cristo, que dá a chave de toda a revelação bíblica e transmite o apelo de Deus, ao qual cada um deve responder”.

Com isso, o contato cuidadoso com os textos Sagrados também é um convite a uma atitude de reverência, oração e humildade, para que a Palavra de Deus seja verdadeiramente compreendida em sua profundidade e aplicabilidade na vida dos fiéis.

Outro ponto a ser discorrido sobre a reflexão de textos Sagrados é a hermenêutica. Jean Grondin (2012), por exemplo, ao explanar o sentido clássico da hermenêutica a partir de sua origem e desenvolvimento ao longo dos séculos, explica que o termo "hermenêutica" surgiu no século XVII com Johann Conrad Dannhauer, que o utilizou para descrever o método de interpretação das Escrituras,

denominado "Hermenêutica sacra", ou seja, a arte de interpretar textos sagrados. A necessidade desse método se deve ao fato de que o significado dos textos bíblicos nem sempre é claro e exige um processo de interpretação para se chegar à compreensão do sentido.

A palavra "hermenêutica" deriva do verbo grego "*hermeneúein*", que significa tanto o ato de expressar algo quanto o de interpretar ou traduzir, explica Jean Grondin (2012). Os gregos viam esse processo de mediação de significados como essencial, tanto para expressar o pensamento em palavras, quanto para decifrar o que o discurso significava. Dessa forma, a hermenêutica clássica envolve uma transmissão de significado, movendo-se do pensamento para o discurso e do discurso para o pensamento.

Outros autores importantes na tradição hermenêutica clássica, como Santo Agostinho, utilizaram esses princípios para interpretar as Escrituras, aplicando regras de gramática e retórica para discernir o sentido literal e figurado dos textos bíblicos. Destaca Jean Grondin (2012, p. 19-21) que:

Encontramos em santo Agostinho várias interpretações (*expositiones*) dos textos sagrados, especialmente das Epístolas e do Gênesis, e já em suas Confissões (cujos três últimos livros propõem uma interpretação dos primeiros versículos do Gênesis). Em seu comentário literal do Gênesis, ele retoma a doutrina clássica, que remonta a Orígenes (c. 185-254) e a Filon de Alexandria (c. 13-54), segundo a qual as Escrituras comportariam um quádruplo sentido: 'Em todos os livros santos, importa distinguir as verdades eternas que são inculcadas (*æterna*), os fatos que são narrados (*facta*), os acontecimentos futuros (*futura*), as regras para as ações (*agenda*) que são prescritas ou aconselhadas'.

Com isso, a hermenêutica clássica foi profundamente influenciada pela retórica, a arte do bem falar, que ensina como o pensamento deve ser adequadamente apresentado no discurso para que seja eficaz. Jean Grondin (2012) expressa que um dos princípios mais importantes da hermenêutica clássica é a relação entre o todo e as partes de um discurso: as partes devem ser compreendidas à luz do todo. Esse princípio, derivado da retórica, é fundamental para interpretar corretamente os textos.

Agostinho (*apud* Grondin, 2015), em seu *De Doctrina Christiana*, estabelece que todos os textos devem ser interpretados à luz do amor a Deus, o mandamento essencial. Além disso, Agostinho distingue entre o sentido dos *signa* (signos) e das

res (coisas), defendendo que o conhecimento dos signos depende do conhecimento das coisas que eles representam.

A hermenêutica clássica continuou a evoluir com os teóricos da Reforma Protestante e culminou em Schleiermacher, que ampliou o escopo da hermenêutica além da mera interpretação de textos Sagrados, dando início a uma nova fase mais abrangente da disciplina.

Ao discorrer sobre a hermenêutica bíblica a Pontifícia Comissão Bíblica (2010) considera que as questões filosóficas, por exemplo, abordam a importância da exegese bíblica ser repensada à luz das hermenêuticas contemporâneas, que consideram o papel da subjetividade na compreensão dos textos, especialmente os históricos.

Conforme recorda a Comissão Bíblica (2010), a hermenêutica filosófica moderna, por exemplo, influenciada por autores como Friedrich Schleiermacher, Wilhelm Dilthey, Martin Heidegger, Hans-Georg Gadamer e Paul Ricœur, trouxe novas perspectivas para a interpretação dos textos bíblicos.

Esses autores enfatizam o distanciamento cultural entre o mundo bíblico e o mundo moderno, e a necessidade de um processo de interpretação que não seja puramente histórico ou literal, mas que leve em conta o diálogo entre o texto e o leitor. Esse diálogo é mediado por conceitos como pré-compreensão (Bultmann), fusão de horizontes (Gadamer), e distanciamento (Ricœur), destacando que a interpretação envolve tanto a tradição do intérprete quanto o contexto vital do texto, explica a Comissão Bíblica (2010).

A Comissão alerta ainda que a exegese não pode ignorar essas teorias hermenêuticas contemporâneas. **É essencial que a exegese vá além de uma abordagem puramente crítica e literária, envolvendo também uma "hermenêutica", que busca atualizar o significado dos textos bíblicos para a vida de fé dos cristãos de hoje.**

A Bíblia, como Palavra de Deus, continua a ser uma fonte viva de revelação, e a hermenêutica é vista como um processo dialético, no qual o leitor moderno, em diálogo com o texto Sagrado, pode descobrir novos sentidos e significados que se aplicam ao contexto atual.

A Comissão alerta ainda que hermenêutica contemporânea, no entanto, precisa ser usada com cautela, pois nem todas as teorias filosóficas são adequadas

para a interpretação das Escrituras. Por exemplo, o método existencial de Bultmann corre o risco de esvaziar a mensagem cristã ao subordiná-la a uma filosofia particular.

Assim, o método hermenêutico deve respeitar a natureza teológica e reveladora da Escritura, buscando interpretar o texto de forma que mantenha a centralidade de Jesus Cristo e os eventos da salvação.

Para concluir, é fundamental retomar alguns pontos e distinguir de forma clara os conceitos de exegese e hermenêutica, ressaltando sua importância para a interpretação dos Livros Sagrados. Como foi exposto, a exegese, concentra-se na análise minuciosa do texto bíblico em seu contexto original, procurando entender o que os autores sagrados, sob a inspiração divina, quiseram comunicar em suas circunstâncias históricas, culturais e literárias.

Trata-se de uma investigação técnica e profunda, que se preocupa em identificar o sentido literal do texto, de acordo com os gêneros literários, as tradições e as particularidades de cada época.

Já a hermenêutica vai além do estudo textual e propõe um conjunto de princípios e métodos para a interpretação das Escrituras em contextos mais amplos, possibilitando uma aplicação atualizada da mensagem bíblica. A hermenêutica, ao abordar a interação entre o leitor e o texto, reconhece que a Palavra de Deus, por sua própria natureza, contém verdades espirituais que devem ser compreendidas e aplicadas nas diversas realidades vividas ao longo da história.

Portanto, a exegese nos oferece o fundamento histórico e literal para entender o que está escrito, enquanto a hermenêutica nos permite transcender as barreiras do tempo e cultura, aplicando esses ensinamentos às questões contemporâneas da fé e da vida cristã.

Por fim, ambas são essenciais para a correta interpretação da Palavra de Deus: a exegese revela o sentido original, enquanto a hermenêutica nos ajuda a interpretar e atualizar esse sentido para responder aos desafios e necessidades da comunidade de fé. Dessa forma, elas se complementam e garantem uma leitura mais rica, profunda e fiel das Escrituras.

2.2 Análise exegética da perícope de Jo 15, 1-8

Conforme descrito no Evangelho de João, os capítulos 13 a 17 compõem o chamado "Discurso de Despedida" de Jesus, momento íntimo e solene em que Ele se dirige diretamente aos seus discípulos antes de sua Paixão. Neste discurso, Jesus encerra sua vida pública e se afasta do povo que, em sua maioria, não acolheu a sua mensagem.

León-Dufour (1996) explica que, a partir da narrativa desses capítulos, o Mestre de Nazaré se volta para o pequeno grupo que o acompanhou fielmente, aqueles que o Pai lhe confiou, os discípulos que Ele considera "os seus". Estes discípulos representam a nova comunidade de fé, simbolizada no cego de nascença curado e guiado pelo Bom Pastor (Jo 9, 6-7). A eles, Jesus entrega seu testamento espiritual, preparando-os para sua partida e para a missão que deverão cumprir em todo mundo.

De acordo com o quarto Evangelho, o contexto desse discurso é a celebração da Páscoa, evento mencionado ao longo dos capítulos, e que ganha novo significado à luz da iminente partida de Jesus para o Pai. Os capítulos 13 a 21 do Evangelho formam um bloco literário coeso, introduzido pelo ato simbólico do lava-pés (Jo 13) e finalizado pelos relatos da Paixão e da Ressurreição (Jo 18-20).

Nesse bloco, explica León-Dufour (1996) que o evangelista apresenta um contraste com a primeira parte do Evangelho (capítulos 1-12), onde a luz parecia em constante confronto com as trevas, simbolizando o aparente fracasso da missão de Jesus diante da rejeição de muitos. No entanto, nos capítulos seguintes, a luz emerge vitoriosa sobre as trevas, antecipando a glória da Ressurreição.

Desse modo, os Discursos de Despedida, embora únicos no estilo joanino, compartilham características com a tradição dos sinóticos, onde Jesus instrui seus discípulos sobre sua paixão, glória e os mistérios do fim dos tempos. Contudo, León-Dufour (1996, p. 10) está de acordo que em João essas palavras são ditas pelo Cristo Glorificado, mesmo que ainda estejam na boca daquele que vai morrer.

Assim, para o Evangelho de João, a Cruz é vista como um caminho para a glória, onde o sofrimento de Jesus não é meramente um suplício, mas um passo em direção à exaltação. Neste contexto, a passagem de João 15, 1-8 adquire um

significado profundo. Ao falar sobre a "videira verdadeira", Jesus se apresenta como a fonte de vida para os discípulos, que devem "permanecer" n'Ele para frutificarem.

A vinha, o bem mais precioso do camponês israelita, é frequentemente mencionada no Primeiro Testamento, tanto no sentido próprio como no figurado. A vinha plantada por Noé, salva do dilúvio, assinala-o com eco de uma nova era (Gn 9,20); no Cântico dos Cânticos, a vinha pode designar a esposa. Não sem vínculo com esta última metáfora, o emprego mais difundido da tradição bíblica faz de uma vinha a imagem do povo de Israel em relação com o Deus da Aliança. Do mesmo modo, quando Jesus conta a parábola sinótica da vinha e de seu proprietário que reivindica seus frutos, seus ouvintes judeus a compreendem sem nenhuma necessidade de explicação (León-Dufour, 1996, p. 112).

Com isso, a metáfora da videira e dos ramos expressa a necessidade de uma união contínua com Cristo, mesmo após sua partida. Esse chamado à permanência não se limita ao tempo da presença física de Jesus, mas assume um caráter espiritual e eterno, indicando a continuidade da comunhão dos discípulos com Cristo, mediada pelo Espírito Santo, a quem Ele promete enviar (Jo 14,16).

Dessa forma, León-Dufour (1996) ressalta que o Discurso de Despedida em João 15 não é apenas uma instrução prática para os discípulos; é também uma revelação teológica do papel de Jesus como mediador e fonte de vida espiritual para a comunidade cristã.

De acordo com Rusconi (2003, p. 301-302) no Dicionário do Grego do Novo Testamento, o verbo μένω (permanecer) expressa as seguintes ideias:

cf. sânsc.: man (= temporizar, demorar), manda (= lento, preguiçoso); cf. lat.: maneo fut. at.: μενώ; aor. at.: έμεινα, imper. 2sg.: μείνον, inf.: μείναι; perf. al.: μεμένηκα, m.-q.-perf. 3pl.: μεμενήκεισαν – 1. intrans.: a. ficar, permanecer: s. pr.: Jo 7,9; b. idem: metaf.: 17m 2,15; c. permanecer, continuar a ser: Jo 12,24; d. persistir, continuar a subsistir, a existir: Jo 12,34; 2. trans.: a. esperar: At 20,5; b. estar iminente para si: At 20,23 [GGNT § 148[1]; 332[2] [GSR V 7; PV 1-4; VD 197].

A partir dessa perspectiva, León-Dufour (1996), ao analisar "permanecer" (no grego: μένω), explica que essa ideia assume uma importância central no quarto Evangelho, representando o vínculo inquebrantável entre Cristo e seus seguidores, vínculo esse que será fortalecido pelo Espírito Santo e que sustenta a missão dos discípulos no mundo.

León-Dufour (1996) reforça que, no capítulo 15 do Evangelho de João, o discurso de Jesus, que começa de maneira abrupta em 15,1 com a metáfora da

videira verdadeira, está estrategicamente posicionado entre duas partes do "Discurso de Despedida". Esse trecho, que segue o discurso de despedida inicial (Jo 13,33-14,31) e antecede sua continuação (Jo 16,4b-33), apresenta uma particularidade: ele não menciona explicitamente a partida de Jesus nem o seu retorno.

Formalmente, portanto, este discurso poderia ser entendido como um ensinamento aplicável a diferentes contextos, mas ele possui um lugar específico na narrativa joanina, pois se refere à vida da comunidade cristã após a ressurreição, isto é, à comunidade pós-pascal.

Ainda é possível observar na narrativa joanina uma característica notável deste trecho que é a ausência de perguntas dos discípulos. Ao contrário de outros discursos, em que eles reagem e fazem perguntas, neste discurso há um silêncio total dos ouvintes.

Para León-Dufour (1996) esse silêncio sugere um convite à interiorização. Assim, os discípulos são chamados a refletir profundamente sobre sua identidade e o significado de "permanecer" em Cristo. **A linguagem utilizada neste trecho é predominantemente no presente, como se as palavras de Jesus não se limitassem a um momento específico, mas se aplicassem à experiência contínua da comunidade cristã.**

O discurso parece ter como alvo a Igreja do final do primeiro século, um período em que a comunidade joanina enfrentava desafios de fé e perseguição, como já observado anteriormente. No entanto, a linguagem de João é intencionalmente atemporal, dirigida tanto aos cristãos daquela época quanto aos cristãos de todas as épocas.

De acordo com León-Dufour (1996, p. 110), João utiliza o que os estudiosos chamam de "fusão de horizontes", onde o passado e o presente se encontram, e o ensinamento de Jesus para a comunidade do primeiro século se torna relevante para os leitores de todos os tempos.

Com isso, esse efeito é alcançado por meio de uma "linguagem simbólica" León-Dufour (1996, p. 111), que transforma a situação particular da comunidade joanina em um símbolo da experiência permanente dos cristãos ao longo da história. A linguagem simbólica não cristaliza o passado, mas abre a experiência dos discípulos para um futuro contínuo, fundamentado na presença de Cristo.

O discurso em João 15 pode ser dividido em duas partes principais: a primeira (Jo 15,1-17) aborda o interior da comunidade, enquanto a segunda (Jo 15,18-16,4a) trata de seu relacionamento com o mundo exterior. De acordo com León-Dufour (1996), na primeira parte, Jesus fala sobre a "coabitação" ou a união entre Ele e seus discípulos, simbolizada pela imagem da videira e dos ramos, objeto dessa pesquisa.

Esse vínculo, essa permanência são essenciais para a produção de frutos espirituais e para a plenitude da vida cristã. León-Dufour (1996) observa que os temas da "permanência" em Cristo e do "amor mútuo" ecoam também na Primeira Epístola de João, demonstrando uma continuidade temática sobre a importância da comunhão e do amor dentro da comunidade joanina.

Na segunda parte, o discurso se desloca para o exterior, onde os discípulos são advertidos sobre o ódio e a perseguição que enfrentarão no mundo. Esse ódio, que se origina na rejeição a Jesus e ao Pai, se estende aos discípulos, que representam a presença de Cristo no mundo, afirma León-Dufour (1996).

Assim sendo, essas duas partes não devem ser entendidas como textos separados, mas como aspectos complementares de um único discurso. A comunidade é chamada a viver em unidade com Cristo (Jo 15,1-17) e, ao mesmo tempo, a testemunhar essa unidade diante do mundo (Jo 15,18-16,4a). A comunidade de fé é, assim, definida por sua íntima relação com Jesus, a videira verdadeira, e por seu testemunho, reconhecido pelos frutos, em um mundo que frequentemente rejeita essa mensagem.

No discurso de João 15,3-8, é possível dizer que a metáfora da vinha e dos ramos ilustra a relação íntima e vital entre Jesus e seus discípulos, sobre a necessidade real da permanência no Mestre. De acordo com os relatos do quarto Evangelho, Jesus se apresenta como a "videira verdadeira", enquanto os discípulos são os "ramos". Essa imagem revela a interdependência que existe entre Jesus e seus discípulos, ou seja, os ramos dependem da videira para produzir frutos, e só permanecendo unidos a ela podem ter vida e cumprir sua missão.

No Dicionário de Grego do Novo Testamento encontra-se a seguinte definição sobre o significado de frutos ou frutificar (*καρπός, ποιῶ καρπόν*), de acordo com Rusconi (2003, p. 249-250):

καρπός, -οῦ, ὁ: subst.: i.-e. v qrpō-s; cf. lat.: carpo; cf. a.-al. ant.: herbist, a.-al. nv.: Herbst fruto: 1. s. pr.: Mt 21,19; a. ποιῶ καρπόν, καρπούς: frutificar: Lc 3,9; b. φέρω καρπόν, καρπούς: carregar fruto, frutos: Mt 7,18; 2. transl.: descendência, prole: a. καρπὸς τῆς κοιλίας: Lc 1,42; b. καρπὸς τῆς ὀσφύος: At 2,30; c. καρπὸς χειλέων: Hb 13,15; 3. metaf.: a. fruto, efeito, consequência: Mt 3,8; b. proveito, lucro, vantagem: Fl 1,22 [GSR N 6m].

Conforme León-Dufour (1987, p. 376) explica no *Vocabulário de Teologia Bíblica*, o conceito de "fruto" na Bíblia possui uma rica simbologia, expressando tanto a fecundidade natural quanto os resultados das ações humanas, e é frequentemente utilizado para ilustrar o propósito e a qualidade de vida dos fiéis em relação a Deus.

No sentido literal, o termo indica a produção física, como o "fruto do ventre" (Lc 1,42), referindo-se à bênção de descendência. Em um sentido figurado, representa o resultado das ações ou o efeito de uma vida alinhada à vontade divina, como se vê em passagens que mencionam "frutos" das atitudes humanas (Jr 17,10). Desse modo, León-Dufour (1987) afirma que o fruto, então, simboliza aquilo que é gerado a partir de um ser vivo, especialmente um ser humano em resposta ao agir de Deus.

Desde a criação, a ordem divina para frutificar e multiplicar-se é estabelecida como um sinal de bênção e vida abundante (Gn 1,11-28). No contexto bíblico, o dever de dar frutos não é apenas uma questão de multiplicação biológica, mas também de prosperidade espiritual e moral. Ao colocar a semente da vida em toda a criação, Deus espera que suas criaturas, especialmente o ser humano, respondam com frutos que refletem Sua glória.

Esse chamado a frutificar envolve uma responsabilidade ética e espiritual: uma vida estéril, sem frutos, é vista como falha, e aqueles que não produzem são comparados a ramos secos, destinados ao fogo (Jo 15,6; Mt 3,10). A figueira estéril, por exemplo, que Jesus condena, simboliza essa expectativa de Deus em relação ao povo e à resposta que Ele espera de cada pessoa (Lc 13,6-9).

O processo de frutificação, entretanto, não ocorre apenas por iniciativa humana. Deus, como o verdadeiro doador da vida, capacita e sustenta toda a criação para que ela frutifique. No jardim do Éden, Adão é chamado a cuidar das árvores, mas é Deus quem concede a vida e a fecundidade (Gn 3,22).

A Bíblia ilustra a ideia de que, embora o ser humano trabalhe e cultive, é Deus quem garante o crescimento e a frutificação. Em Oséias (14,9), por exemplo, Israel é chamado a reconhecer que seu fruto é obra de Deus. Este reconhecimento também

se reflete na oferta das primícias, uma forma de demonstrar gratidão e submissão à providência divina (Dt 26,2).

O fruto, na Bíblia, é também uma metáfora para o comportamento humano, distinguindo entre “bons” e “maus” frutos. A qualidade dos frutos revela a natureza da árvore (Mt 7,16-20), ou seja, as ações de uma pessoa refletem o estado de seu coração. Jesus ensina que, assim como uma árvore boa produz frutos bons, uma árvore má produz frutos ruins, revelando assim a condição interior de cada indivíduo:

Não tendo querido receber só de Deus o fruto de vida que lhe era destinado, Adão se vê obrigado a cultivar um solo maldito que, em lugar das árvores do jardim "agradáveis à vista e boas de comer" (Gn 2,9), fará nascer espinhos e cardos (Gn 3,18). Tendo experimentado o fruto da árvore da ciência do bem e do mal, Adão pretende determinar ele próprio o que é bem e o que é mal; seus atos se tornam ambíguos, mesmo aos seus próprios olhos. Mas Deus, que sonda os rins e os corações, julga sua vinha Israel pelos frutos que dá; dela esperava uvas, e não encontra nela senão uvas verdes (Is 5,1-7). O fruto manifesta a qualidade do pomar, e assim a palavra revela os pensamentos do coração (Sl 27,6). João Batista denuncia também a ilusão dos que se gloriam de ser filhos de Abraão e que não dão bons frutos (Mt 3,8ss). Jesus proclama: "Pelo fruto é que se conhece a árvore" e revela por trás da casca farisaica uma seiva maligna (Mt 12,33ss); ensina a seus discípulos distinguir os falsos profetas: "E" por seus frutos que os reconheceréis. Colhem- se porventura uvas de espinheiros? ou figos dos cardos?" (Mt 7,16). Mais geralmente, pois, uma ambiguidade está no coração do homem que pode "dar fruto para a morte" enquanto deve "frutificar para a vida" (Rm 7,4s). (León-Dufour, 1987, p. 377-388).

Desse modo, o profeta Isaías (Is 5,1-7) compara Israel a uma vinha que, ao invés de uvas boas, produz frutos amargos, ilustrando a decepção de Deus com a infidelidade de seu povo. Esse entendimento reforça que, para Deus, não basta o título de “filhos de Abraão”; é necessário que a vida produza frutos dignos da fé.

No Novo Testamento, a frutificação assume um sentido profundamente cristológico e espiritual. Em João 15, Jesus afirma: “Eu sou a videira verdadeira, e meu Pai é o agricultor” (Jo 15,1), destacando que os discípulos só podem produzir frutos se permanecerem Nele. Assim, a união com Cristo é essencial para uma vida espiritual fecunda. Sem essa conexão, os discípulos são como ramos desconectados da videira, incapazes de frutificar. Esse vínculo com Cristo, fortalecido pela permanência em Sua palavra e pela vivência da fé, capacita o cristão a dar frutos que glorificam a Deus.

León-Dufour (1987, p. 377-388) explica ainda que o fruto do Espírito, conforme exposto em Gálatas 5,22-23, exemplifica o resultado de uma vida centrada

em Deus. Esses frutos, como amor, alegria, paz e bondade, são evidências visíveis do agir do Espírito Santo na vida do crente. No entanto, ao contrário de uma produção fragmentada, o fruto do Espírito é uma manifestação integrada da vida em Cristo, abrangendo e multiplicando-se em virtudes que refletem a imagem divina.

Também de acordo com o mesmo autor do Vocabulário de Teologia Bíblica, essa frutificação escatológica antecipa a plenitude da comunhão com Deus, representada pela árvore da vida no Apocalipse, cujas folhas curam as nações e cujos frutos são sempre renovados para a satisfação dos redimidos (Ap 22,2).

No quarto Evangelho, León-Dufour (1996) desenvolve a ideia de comunhão estabelecida desde agora, isto é, em perspectiva histórica, dizendo que Jesus afirma que os discípulos já estão "limpos" pela "palavra" (Jo 15,3) que Ele lhes falou, referindo-se à purificação que permite que estejam em união com Ele, prontos para frutificar.

Assim, a "palavra" de Jesus é poderosa em si mesma, capaz de transformar e purificar, aproximando-os da condição necessária para produzir frutos, porém para isso é necessário e vital, permanecer. Aqui, "permanecer em Cristo" assume um significado dinâmico, indicando não apenas uma conexão estática, mas uma relação viva e contínua, de acordo com o sentido grego do verbo.

Como já observado, o verbo grego "*μένω*" (*menō*), traduzido como "permanecer", é usado repetidamente no texto (sete vezes entre os versículos 4 e 8). León-Dufour (1996) explica que esse verbo implica uma aceitação fiel e constante de Cristo e de sua Palavra, que requer um compromisso contínuo dos discípulos para manter essa união. Sendo assim, a repetição desse verbo destaca a importância da fidelidade a Cristo como condição para que a relação se mantenha ao longo do tempo.

A perspectiva é diferente em Jo 15: "permanecer em Jesus" exige da parte do discípulo uma fidelidade que domina o decorrer do tempo, e o olhar se volta para além, para o fruto a produzir do qual a união com o Filho é a condição. "Permanecer em" toma-se assim um apelo, formulado seja no imperativo (vv. 4 e 9), seja por meio de construções condicionais (vv. 6 e 7) 27 (León-Dufour, 1996, p. 119).

Como é possível observar no texto, percebe-se que "permanecer em" é descrito pelo autor em duas formas: uma simples (o discípulo permanecendo em Cristo) e outra recíproca (Cristo permanecendo no discípulo), afirma León-Dufour

(1996). Ele explica ainda que a forma recíproca enfatiza a natureza mútua e profunda dessa relação, remetendo ao conceito de "imanência mútua". Esse vínculo é comparável à relação entre o Pai e o Filho, sugerindo que a união entre Jesus e os discípulos possui um caráter divino e inquebrável.

A metáfora do ramo que deve permanecer na videira para produzir frutos enfatiza a necessidade de fidelidade contínua e cooperação. Os ramos não têm vida própria, apenas existem e frutificam quando permanecem na videira. Essa conexão indica que a verdadeira vida espiritual dos discípulos vem de Cristo, e o "fruto" que eles produzem é uma manifestação direta da vida de Jesus neles.

De acordo com a imagem do cap. 15, o eu da vinha e o vós dos ramos são ainda distintos (nesse texto Jesus nunca diz "nós"); entretanto, vinha e ramos não estão frente a frente. Os ramos estão na vinha, eles não existem senão pela vinha que os produz. O discípulo é transfigurado a partir de dentro; seu novo ser é o do Filho. Assim se encontra realizado o projeto de Deus que criou Adão "à sua imagem" (León-Dufour, 1996, p. 121).

Por fim, a metáfora da vinha e dos ramos sublinha a interdependência espiritual entre Cristo e os fiéis, onde a união contínua com Cristo é essencial para a fecundidade espiritual de cada cristão. Sendo assim, o discípulo é chamado a permanecer em Cristo, cultivando uma fidelidade ativa, contínua e comprometida que permita a produção de frutos para a glória de Deus.

2.3 Desdobramentos hermenêuticos a partir da ideia de "permanecer" e produzir frutos em Cristo

A partir desse entendimento acerca da expressão "permanecer em Cristo" descrita no Evangelho de João, emergem implicações hermenêuticas significativas que iluminam tanto o relacionamento individual dos fiéis com o Mestre de Nazaré quanto a dimensão espiritual da vida comunitária cristã.

Na passagem de João 15,1-8, a metáfora da videira e dos ramos representa uma união essencial e orgânica entre Cristo e os discípulos, em que o verbo grego μένω (*menō*), traduzido como "permanecer", denota uma conexão contínua, profunda e dinâmica com o Mestre.

A mensagem teológica do segundo colóquio de Jesus (15,1- 16,33) oferece à Igreja um panorama da existência cristã que a comunidade joanina vivia no fim do primeiro século e sobretudo uma aguda reflexão sobre a situação existencial que todo discípulo de Cristo, imerso no mundo, deve praticar com relação à abertura à ação do Espírito Santo, o dinamismo da sua realização na história e a vida de comunhão com o Senhor ressuscitado dentro de uma comunidade, cuja lei é o amor fraterno (Zevini, 1996, p. 116).

Sendo assim, esse conceito não se limita a uma adesão momentânea, mas indica uma ligação espiritual constante e vital para a identidade de todo fiel cristão e, conseqüentemente, para a produção de frutos espirituais, isto é, uma vida palpável, concreta, possivelmente vista na vida em comunidade.

Sob uma perspectiva espiritual, o “permanecer em Cristo” implica uma fidelidade que transcende uma mera crença intelectual, promovendo uma relação de comunhão constante e dependente de Cristo como fonte de vida. Esse permanecer configura-se como uma resposta ativa dos discípulos, uma vivência na qual a fé se manifesta em uma relação de reciprocidade e interdependência com Cristo.

A partir disso, Zevini (1996, p. 117) referindo-se a essa realidade de unidade a Cristo, destaca sobre “a necessidade de comunhão com a sua pessoa e sobre a vida cristã toda”. Assim, ao permanecerem em Cristo, os discípulos são interiormente transformados e capacitados para produzir frutos, ou seja, para refletir o caráter e as ações de Cristo no mundo, em consonância com a sua missão, pois estão em contínua unidade a Cristo.

De acordo com dados fornecidos anteriormente, essa relação recíproca expressa na fórmula “permanecer em mim e eu em vós” sugere uma “imanência mútua” que remete ao próprio relacionamento entre o Pai e o Filho, enfatizando um vínculo de unidade que, embora preserve a distinção entre Cristo e os discípulos, os une em uma profunda comunhão espiritual.

Hermeneuticamente, essa estrutura recíproca sublinha a importância da presença de Cristo nos discípulos e dos discípulos em Cristo como um elemento essencial da identidade cristã, em que ambos são espiritualmente entrelaçados, constituindo uma unidade que possibilita uma vida de fé plena e frutífera. Ou seja, a comunhão com o Mestre é condição capacitiva para gerar uma vida comprometida, expressa no fruto da vinha.

A hermenêutica da “permanência em Cristo” orienta-se, assim, para uma espiritualidade que transcende a interpretação literal da passagem e adentra a

dimensão simbólica da união com Cristo. Tal união é entendida como uma realidade contínua e atemporal, convidando os cristãos de todas as épocas a estabelecerem uma relação duradoura e viva com o Cristo ressuscitado. A fidelidade a Deus depende dessa permanência ao Filho, conforme afirma novamente Zevini:

Nos evangelhos sinóticos Jesus usa da imagem da vinha nas parábolas do reino (Mc 12,1-12; Mt 20,1-8; 21,28-31; Lc 13,6-9; 20,9-10). Entretanto, a fórmula de que o Senhor se utiliza em João remonta aos livros sapienciais, como Eclo 24,17-20, onde o símbolo da videira, de que os homens são convidados a se nutrir, é aplicada à Sabedoria divina. É notável, porém, a novidade da imagem no quarto evangelista: Jesus, não o povo messiânico, é a videira. Ele dá acabamento à esperança de Israel, porque a videira-Cristo já não pode mais ser infiel. A videira-Israel é promovida em Jesus a uma fidelidade total. O povo de Deus é fiel e santo na sua fonte animadora. Ele é a verdadeira videira (= *ámpelos alethine*) que dá vida, ele é a vinha fiel que correspondeu aos cuidados de Deus, produzindo o vinho excelente da fidelidade à aliança; ele é a fonte da revelação plena, o mediador que morre pelos seus na plenitude do amor e, com tal gesto, comunica o mesmo amor que o une ao Pai e funda a comunidade dos discípulos (1996, p. 118).

Desse modo, esse permanecer exige compromisso e fidelidade dos discípulos, que devem cultivar essa união a Cristo por meio do cultivo de uma vida interior, por meio da oração, da escuta da Palavra e do amor mútuo. Esses elementos são fundamentais para que a comunidade cristã reflita a presença do Mestre e testemunhe a mensagem de salvação que Cristo revelou ao mundo.

Portanto, o conceito de “permanecer em Cristo” não apenas orienta a vivência cristã, mas também se desdobra hermeneuticamente como uma perspectiva espiritual contínua. A união com Cristo é, nesse contexto, fonte de vida interior, que se desdobra na identidade e missão para os fiéis. Assim, esse desdobramento hermenêutico ressalta que, ao permanecerem em Cristo, os discípulos participam de uma relação dinâmica e frutífera com Deus, assumindo uma fé que se traduz em ações concretas e em frutos que, por Cristo e nele, glorificam o Pai.

3 PERMANECER EM CRISTO: O CULTIVO DA VIDA INTERIOR À LUZ DE JO 15, 1-8

Nesta seção é possível destacar que a Teologia Espiritual, como campo de estudo, dedica-se à compreensão profunda da espiritualidade cristã e à relação transformadora entre o ser humano e Deus, explorando tanto os fundamentos da vida cristã quanto os meios pelos quais o fiel pode permanecer unido a Cristo.

Embora tenha se formalizado na estrutura da Igreja Católica apenas em 1931, a Teologia Espiritual tem suas raízes nos primeiros séculos do cristianismo, quando os primeiros textos teológicos buscavam guiar os fiéis a uma vida de união e fidelidade a Deus.

Esse capítulo examina o desenvolvimento histórico e os aspectos fundamentais da Teologia Espiritual, destacando não só a evolução da espiritualidade cristã, mas também os meios práticos de permanência em Cristo, como a oração, os sacramentos, a direção espiritual e a devoção à Virgem Maria, Mãe da Igreja.

Ao longo dos séculos, esses elementos se firmaram como pilares da vida interior, proporcionando ao cristão um caminho seguro para o crescimento espiritual e uma relação cada vez mais íntima com Deus.

3.1 Teologia Espiritual: desenvolvimento e aspectos fundamentais

De acordo com Catão (2009), a Teologia Espiritual é um campo específico da teologia que se ocupa da análise sistemática da espiritualidade cristã, enfatizando a relação profunda do ser humano com Deus e os fundamentos da vida cristã. Embora essa disciplina seja formalmente recente, tendo sido incorporada ao currículo oficial da Igreja Católica apenas em 1931, durante o pontificado de Pio XI, a Teologia Espiritual remonta aos primórdios do Cristianismo, conforme afirma Catão:

A reflexão sobre a vida cristã é tão antiga quanto o próprio Cristianismo. Jesus é a fonte a que recorrem seus discípulos para estabelecer as expressões da fé e as exigências éticas e espirituais que devem ser acolhidas pelas comunidades cristãs, chamadas ao seguimento de Jesus. A Teologia que se fazia nas comunidades cristãs foi inicialmente uma Teologia Espiritual, pois os escritos apostólicos e dos autores cristãos mais antigos, os Padres da Igreja, como os denominamos, visam iniciar os recém-convertidos no mistério cristão e assegurar, com base nas Escrituras, a

fidelidade a Deus, tal como se revelou em Jesus e se comunica, no Espírito, a todos os humanos (2009, p. 9).

Assim, desde o primeiro milênio, as preocupações dos primeiros autores cristãos já estavam centradas na vida de união plena com Deus, com acesso através de Cristo e do Espírito Santo. Esses primeiros textos visavam não apenas instruir os fiéis, mas também conduzi-los a uma vida de fidelidade e aprofundamento na experiência do mistério cristão.

A respeito disso, Royo Marín (2019, p.15) afirma que: “A espiritualidade cristã se apoia de forma integral e essencial na doutrina de Jesus, contemplada com a de seus Apóstolos imediatos. Não há e nem pode existir outra espiritualidade legítima e autenticamente cristã”.

Historicamente, a reflexão teológica passou por várias transformações, adaptando-se aos desafios e necessidades de cada época. Catão (2009) explica que no segundo século, a Teologia passou a enfatizar as verdades de fé, estruturando-se de acordo com a lógica filosófica grega. Nesse contexto, a Teologia Dogmática e a Moral ganharam primazia, com foco na autoridade das verdades da Igreja e nas normas de conduta cristã em um mundo caracterizado pelo paganismo.

No entanto, a partir do século XIX, a Teologia Espiritual começou a resgatar sua relevância. A multiplicidade de correntes espirituais dentro da Igreja e o surgimento de diferentes formas de espiritualidade motivaram a necessidade de sistematização e análise histórica, afirma Catão (2009). Com isso, essa necessidade deu origem aos chamados "tratados de ascética e mística", que evoluíram para a Teologia Espiritual moderna.

Com o advento do Concílio Vaticano II (1962-1965), a Teologia Espiritual ganhou novos contornos, com ênfase na perspectiva antropológica:

Essa perspectiva antropológica exigia que se considerasse o agir cristão não apenas à luz da retidão moral, muitas vezes resumida na obrigação de fidelidade à lei, mas principalmente como caminho para a perfeição cristã, de que se devia ocupar precisamente a Teologia Espiritual (CATÃO, 2009, p. 10).

Assim, do ponto de vista antropológico, a Teologia Espiritual vê o ser humano como criatura de Deus, feita à Sua imagem e semelhança (Gn 1,26-28). Isso implica

que, tendo sua origem em Deus, sendo dotado de liberdade e racionalidade, o ser humano é intrinsecamente capaz de se relacionar com o Criador e possui uma abertura natural para a comunhão com ele, pois há no homem uma transcendência.

Com isso, ao falar sobre a capacidade humana de se dirigir a Deus, o Catecismo da Igreja Católica afirma que: “O homem é, por natureza e vocação, um ser religioso. Vindo de Deus e caminhando para Deus, o homem não vive uma vida plenamente humana senão na medida em que livremente viver a sua relação com Deus” (2000, n. 44). Esse desejo por Deus, que caracteriza a espiritualidade cristã, não é uma mera aspiração abstrata, mas uma experiência concreta que guia o cristão em sua caminhada de fé, esperança e amor.

Por isso, a Teologia Espiritual considera que o ser humano não é apenas um ser criado, simplesmente lançado no mundo, mas também um ser chamado a uma comunhão pessoal e profunda com Deus. Entende-se, assim, que o homem é chamado a manter uma relação com o divino, uma relação que confere sentido e dinamismo à vida espiritual:

Podemos dizer que a fé e a esperança são os pilares da comunhão com Deus e, portanto, da espiritualidade cristã. Conferem-lhe sentido e dinamismo, pois a vida no Espírito é comunhão antecipada com Deus, aberta a toda a humanidade, presidida por Jesus e por seu Espírito, comunhão de amizade, que recebe o nome cristão de caridade (Catão, 2009, p. 20).

Além disso, a Teologia Espiritual traz o legado da filosofia grega, que lhe conferiu uma nova dimensão de reflexão sobre o ser humano e sua busca pela verdade e realização plena, ressalta Catão (2009). E o encontro entre a tradição judaico-cristã e a filosofia helênica foi importante para o desenvolvimento da espiritualidade cristã conforme concebida até a atualidade.

Recorda Catão (2009) que a filosofia grega, com seu foco no autoconhecimento e na busca pela felicidade, contribuiu substancialmente para a estruturação de uma espiritualidade centrada no ser humano e no seu potencial de autorrealização. A esse respeito, por exemplo, é possível falar da notável contribuição do conhecido como “Doutor da Graça”, Santo Agostinho (354-430) que é considerado o “fundador de uma tradição ocidental específica de interioridade ou subjetividade” (Fitzgerald, 2019, p. 557). Segundo a teologia agostiniana, o homem encontra-se com Deus, quando se volta para dentro de si mesmo.

De acordo com Fitzgerald (2019), a teologia de Agostinho diz que o "retorno a si mesmo" é um passo essencial no caminho para o conhecimento de Deus. Esse retorno à interioridade significa que a pessoa deve olhar para dentro de si mesma para se conhecer profundamente, e, a partir daí, ascender ao conhecimento de Deus. Conforme discorre Fitzgerald (2019), essa ideia do processo de "retorno a si" é influenciada pelo filósofo neoplatônico Plotino (205-270 d.C.), que ensinava que a alma, ao voltar-se para seu interior, poderia encontrar o "espírito divino" ou *Noûs* (Inteligência), que contém o mundo inteligível.

[...] Agostinho traça um itinerário para Deus que começa quando ele entra nas profundezas de seu eu (*intravit in intima mea*: conf. 7,16) e alcança seu objetivo quando olha acima de si mesmo para ver a luz da Verdade imutável (*i.e.*, Deus), que só é visível aos olhos do espírito. Voltando a si mesmo, Agostinho considera, primeiro, os poderes cognitivos de sua própria alma. Subindo através dessas faculdades, dos sentidos através da memória ao intelecto ou mente, Agostinho reconhece finalmente que a Verdade que a mente vê está além da própria mente, porque a Verdade é imutável, enquanto a mente não o é (Fitzgerald, 2019, p. 558).

Dessa forma, Agostinho adapta a ideia de Plotino. Em vez de partir diretamente para a rejeição dos sentidos, Agostinho começa examinando os sentidos, reconhecendo-os como uma porta inicial para o autoconhecimento.

A partir disso, o que Fitzgerald (2019) explica sobre o pensamento agostiniano é que o conhecimento dos sentidos leva ao conhecimento das faculdades internas da alma, como a memória e o intelecto, e, por fim, ao conhecimento de Deus. Assim, a interioridade, apresentada por Agostinho, não diz de um fechamento do homem em si mesmo, senão a partir da vida interior é possível encontrar-se com próprio Deus que ali habita.

A Teologia Espiritual compreende a vida interior como um aspecto central da espiritualidade cristã, onde a alma se volta para Deus e busca uma união íntima com Ele. Conforme explica Garrigou-Lagrange (2018a), esse conceito se fundamenta na ideia de que a vida interior representa um espaço profundo dentro do ser humano, um "mundo interior" de comunhão com Deus, distinto dos sentidos exteriores e das distrações do mundo:

A vida interior, como todos podem facilmente perceber, é uma forma elevada da conversa íntima que cada um tem consigo mesmo quando está sozinho, mesmo que seja no tumulto das ruas de uma grande cidade. Quando deixa de conversar com seus semelhantes, o homem conversa interiormente

consigo mesmo sobre aquilo que mais o preocupa. Essa conversa varia muito segundo as diversas fases da vida: a do idoso é diferente da do jovem; e varia muito, também, conforme se trata de um homem bom ou mau. Para quem busca seriamente a verdade e o bem, essa conversa íntima consigo mesmo tende a tornar-se uma conversa com Deus; e, pouco a pouco, ao invés de buscar-se a si mesmo em tudo, ao invés de considerar-se, de forma mais ou menos consciente, como o centro de tudo, o homem tende a buscar Deus em tudo, e a substituir o egoísmo pelo amor a Deus e às almas em Deus. Isso é a vida interior, como nenhum homem sincero terá dificuldade em reconhecer. A "única coisa necessária" de que Jesus falava a Marta e Maria consiste em escutar a palavra de Deus e em vivê-la. (Garrigou-Lagrange, 2018a, p. 1-2).

Assim sendo, essa comunhão não é simplesmente fruto de uma meditação abstrata, mas uma transformação contínua e consciente onde a pessoa se despoja de si mesma e centraliza a busca pelo sentido último da vida em Deus, que é a plena comunhão com seu criador. Em sua essência, a vida interior é um diálogo permanente e silencioso com Deus, no qual o crente escuta e responde ao chamado divino, renunciando ao egoísmo e à autossuficiência, pois a partir de um verdadeiro encontro deve surgir o firme propósito de mudança de vida, o desejo de uma vida conforme com a Verdade divina.

Assim, é possível dizer que essa comunicação não se limita ao plano racional, mas envolve toda a existência do ser humano, afetando suas emoções, desejos e atitudes. É um caminho de transformação que exige esforço, disciplina e abertura para escutar a voz de Deus.

De acordo com a perspectiva da Teologia Espiritual, a vida interior é, em última análise, um processo contínuo de diálogo e de intimidade com Deus. Pois este processo começa quando a pessoa se afasta das superficialidades e se concentra em um diálogo profundo com a presença divina. A respeito disso Garrigou-Lagrange (2018a) alerta sobre o risco de o homem perder-se em meio a tantas atividades sem uma vida de diálogo íntimo com Deus:

Existem, infelizmente, grandes sábios, matemáticos, físicos, astrônomos, que não têm, por assim dizer, nenhuma vida interior, e dedicam-se ao estudo de suas ciências como se Deus não existisse; eles não têm, em seus momentos de solidão, nenhuma conversa íntima com Ele. Sua vida parece ser, sob certos aspectos, uma busca da verdade e do bem dentro de um domínio mais ou menos restrito, mas está tão contaminada de amor-próprio e de orgulho intelectual, que podemos perguntar-nos se tal vida poderá produzir frutos para a eternidade (Garrigou-Lagrange, 2018, p. 2).

Com isso, de acordo com o autor, uma vida interior é fundamental, pois se trata de um caminho para o autoconhecimento e a comunhão com Deus. Sem essa vida interior, mesmo as grandes conquistas intelectuais podem perder seu verdadeiro valor, uma vez que estão "contaminadas" pela vaidade ou pela autossuficiência. O autor sugere que esse tipo de conhecimento, que é movido pelo orgulho ou pelo desejo de reconhecimento, não gera "frutos para a eternidade", ou seja, não contribui para o verdadeiro propósito da vida humana, que é a união com Deus.

Contudo, a Teologia Espiritual convida os cristãos a integrarem a vida interior em todas as áreas de suas vidas. A vida interior não implica um abandono do mundo, mas uma transformação da forma como o cristão vive nele e como transforma as realidades concretas. Ela promove um equilíbrio entre a atividade externa e a interioridade, evitando o ativismo vazio e promovendo uma ação guiada pela sabedoria e pelo discernimento. Portanto, a vida interior é fundamental para que o cristão possa atuar no presente tempo com autenticidade e com um propósito enraizado na busca por Deus e permanência nele. A respeito disso a Constituição *Lumen Gentium* do Concílio Vaticano II, assim se expressou:

(...) todos os fiéis cristãos nas condições, ofícios ou circunstâncias de sua vida, e através disto tudo, dia a dia mais se santificarão, se com fé tudo aceitam da mão do Pai Celeste e cooperam com a vontade divina, manifestando a todos, no próprio serviço temporal, a caridade com que Deus amou o mundo" (n. 109).

Além disso, no contexto da espiritualidade cristã, todos os aspectos da relação humana com Deus são vividos e compreendidos através de Jesus Cristo, que se apresenta não apenas como mediador, mas como aquele que comunica o Espírito Santo, vivificando os fiéis e permitindo-lhes acessar a comunhão com o Pai.

Ao se aprofundar na centralidade da pessoa de Jesus Cristo, a Teologia Espiritual enfatiza sua relevância como núcleo da espiritualidade cristã. Jesus é a encarnação do Verbo Divino, a "Palavra de Deus" (Jo 1,14) que, desde toda a eternidade, habita em íntima união com o Pai.

Esse foco em Jesus Cristo como centro da espiritualidade cristã, explica Catão (2019), é um elemento fundamental e inegociável, pois ele representa o vínculo entre Deus e a humanidade. Quer dizer que, em Jesus, Deus se fez presente e acessível, oferecendo um modelo de vida que não só reflete a perfeição divina,

mas também proporciona aos seres humanos o caminho para se aproximarem de Deus.

A vida, o sofrimento, a morte e a ressurreição de Cristo constituem o alicerce da experiência espiritual cristã, tornando-o o ponto de referência para a vivência e a prática da fé. Com isso, é possível reafirmar as palavras do Mestre de Nazaré escritas pelo discípulo amado: “Eu sou a videira e vós os ramos. Aquele que permanece em mim e eu nele, produz muito fruto; porque, sem mim, nada podeis fazer” (Jo 15, 5).

3.2 Teologia Espiritual segundo autores modernos

A espiritualidade cristã, sob o olhar da Teologia Espiritual, emerge como um caminho de conversão e comunhão com Deus, orientado pelo desejo profundo de transcendência e santidade, como já foi possível refletir acerca disso. Esse conceito se estrutura essencialmente ao redor da "vida interior".

Na perspectiva teológica, a vida interior não se reduz a uma prática religiosa ou ao cumprimento de obrigações morais; trata-se de uma dinâmica viva de autocompreensão e entrega, em que o diálogo silencioso da alma transcende a mera introspecção. Conforme apresentado por Garrigou-Lagrange (2018a, p. 2), essa dimensão interior se revela, na prática, como a única coisa verdadeiramente necessária para o cristão. Inspirada nas palavras de Jesus a Marta e Maria, “uma só coisa é necessária” (Lc 10, 42), a espiritualidade cristã convoca cada fiel a escutar e viver a Palavra de Deus aos pés do Mestre de Nazaré, constituindo a vida interior como o centro da vocação à santidade.

Diferentemente de outras formas de espiritualidade ou disciplinas filosóficas que se concentram no desenvolvimento da intelectualidade ou na busca por uma felicidade terrena, a espiritualidade cristã busca uma profunda transformação interior orientada pelo amor a Deus, conforme afirma Garrigou-Lagrange:

Se sacrificamos tantas coisas para salvar a vida do corpo, que um dia irá morrer, o que não deveríamos sacrificar para salvar a vida da alma, que permanece eternamente? O homem não deveria amar mais a sua alma do que o seu corpo? ‘O que dará o homem em troca de sua alma?’, acrescenta o Salvador. *Unum est necessarium*, diz ainda Jesus (Lc 10,42). Uma só

coisa é necessária, escutar a palavra de Deus e viver dela para salvar sua alma. Esta é a melhor parte, que não será tirada à alma fiel, ainda que ela perca todo o resto (Garrigou-Lagrange, 2018a, p. 3-4).

Nesse contexto, a vida interior representa uma dimensão de nossa existência que não se submete às vicissitudes da cultura ou do saber humano, mas sim àquilo que é eterno e transcendente. A teologia espiritual, ao estudar essa dimensão, enfatiza que a verdadeira busca pelo sentido da vida se dá por meio de uma relação com Deus, em que cada ação e pensamento do indivíduo são colocados a serviço do Reino e na busca pela santidade de vida.

Outro aspecto que é possível destacar sobre a espiritualidade cristã é apresentado por Royo Marín (2019) quando discorre sobre a espiritualidade joanina, rica de sentido espiritual que alimenta a vida interior do fiel.

Segundo ele, o evangelho de João é considerado evangelho da vida interior, oferecendo elementos essenciais para essa busca por comunhão e transcendência, como a vida em Cristo pela fé e pelo batismo; por meio da eucaristia; sobre a inabitação divina; a respeito do mandamento do amor e conseqüentemente sobre o amor em ação presente nas cartas joaninas.

Nesse contexto, João apresenta a espiritualidade cristã como uma relação vital e orgânica, na qual o fiel é chamado a permanecer em Cristo, tal como um ramo unido à videira (Jo 15, 1-18):

O Apóstolo São João, levado por suas tendências místicas, expôs os ensinamentos do Salvador sobre os mistérios da vida divina em nós de forma mais ampla e completa que os outros evangelistas. Seu evangelho pode ser chamado 'o evangelho da vida interior' (Royo Marín, 2019, p. 25).

A seguir, elementos essenciais para essa busca por comunhão e transcendência são destacados por Royo Marín em sua obra *Grandes mestres da vida espiritual*. Para ele a base dessa comunhão está na fé e no batismo, os quais, segundo o autor, são portais de entrada para a regeneração espiritual. No batismo, por exemplo, o cristão é inserido na vida divina, passando a viver em absoluta dependência de Cristo.

Essa união, descrita de forma viva por João, transforma o fiel ao ponto de ele não poder existir espiritualmente separado de Cristo, pois é d'Ele que flui a vida que

o sustenta. Esse vínculo, como observa Royo Marín, não se limita a um simbolismo, mas expressa uma realidade espiritual na qual o cristão é integrado ao corpo místico de Cristo, assumindo uma identidade nova e eterna.

Royo Marín (2019) vê na Eucaristia a consumação dessa união. Ele ressalta que, no Evangelho de João, a Eucaristia é mais que uma celebração; é o alimento espiritual que sustenta e intensifica a vida divina em cada fiel. Por meio da Comunhão, Cristo se entrega de forma total ao cristão, criando uma relação de reciprocidade e presença que transcende o entendimento humano.

Esse sacramento, conforme Royo Marín (2019) aponta, é uma maneira singular e eficaz pela qual a vida sobrenatural se comunica ao fiel, nutrindo-o com a essência de Cristo e fortalecendo-o para produzir frutos espirituais. É a partir dessa comunhão, segundo o evangelista, que a vida eterna começa a ser experimentada já neste mundo.

Outra realidade que Royo Marín (2019) destaca no evangelho joanino é a promessa da inabitação divina. Jesus, ao anunciar sua partida, revela aos apóstolos que Deus permanecerá no interior do fiel que ama e guarda Seus mandamentos (Jo 13, 31-35). O teólogo explica que essa presença de Deus não é apenas um acompanhamento espiritual, mas uma habitação real e permanente, na qual as três Pessoas da Santíssima Trindade residem na alma do cristão.

Esse conceito de inabitação transforma a vida espiritual do cristão em uma “sociedade mística”, onde a relação com Deus se torna o fundamento de toda a existência. Essa presença divina, conforme Royo Marín (2019) observa, é uma fonte de dignidade e santidade para o fiel, convidando-o a viver uma vida transformada e alinhada ao amor de Cristo:

A alma cristã, feita templo da Trindade beatíssima, está de certo modo divinizada (2Pd 1, 4) e pode realizar atos verdadeiramente meritórios da vida eterna. Deus Pai considera os cristãos como verdadeiros filhos seus e faz recair sobre eles o mesmo amor que sente por seu Filho (Jo 17, 26) e escuta sempre as petições que lhe fazem em seu nome (Jo 16, 23-27). A glória de Jesus repercutirá sobre eles e um dia estarão com Ele no céu (Jo 17, 24). Enquanto isso, o mundo lhes perseguirá como perseguiram a Ele (Jo 15, 18-26; 16, 1-4; 19-20) (Royo Marín, 2019, p.29).

Além disso, para Royo Marín (2019), a espiritualidade cristã fundamentada na tradição joanina não se encerra na vida interior, mas se expressa concretamente na relação com o próximo. O “novo mandamento” de Jesus, “amai-vos uns aos outros como eu vos amei” (cf. Jo 13, 34-35), apresentado com destaque no evangelho de João, define o que é ser cristão.

Royo Marín (2019) interpreta esse amor como uma união mística entre os fiéis, uma caridade que transcende qualquer laço natural e se torna o traço distintivo do discípulo de Cristo. Esse amor, portanto, não é um sentimento passageiro, mas um reflexo do amor sobrenatural que o cristão experimenta e compartilha em comunidade.

Com isso, as epístolas de João complementam essa visão, enfatizando que a caridade fraterna é a evidência da verdadeira comunhão com Deus. Royo Marín (2019) observa que João coloca o amor fraterno como a marca de uma vida que foi realmente transformada pela graça divina. Essa caridade, que é a vivência prática do amor divino, não se restringe a palavras, mas se manifesta em ações que refletem a luz de Cristo. O amor ao próximo, assim, torna-se um compromisso diário de serviço, perdão e acolhimento, renovando continuamente a fé e a vida espiritual do cristão.

Portanto, é possível dizer que **essa espiritualidade joanina desafia o cristão a viver uma “vida interior” que é sustentada pela união com Cristo. Esse caminho, segundo Royo Marín (2019), leva o fiel a uma existência transformada e plena, em que cada ato e pensamento se orientam para Deus, refletindo a luz e o amor de Cristo no mundo. A espiritualidade joanina, assim, não é apenas um ideal, mas um convite a uma vida concreta de comunhão, na qual o fiel se torna um reflexo vivo da presença divina, em união com a Trindade e em harmonia com o próximo.**

Desde o cristianismo nascente, como observado nas comunidades joaninas e em outras comunidades apostólicas, passando pela tradição milenar dos santos Padres da Igreja, até o período medieval e os séculos de história da espiritualidade cristã, grandes mestres da espiritualidade contribuíram significativamente, sempre com o objetivo de conduzir a alma do cristão para mais perto de seu Criador, promovendo uma comunhão íntima que permita, um dia, contemplá-lo face a face na Glória. Em cada época, houve uma resposta adequada ao anseio da alma pelo transcendente.

3.2.1. O que a Igreja, Vaticano II ensina sobre espiritualidade

Na era moderna, por exemplo, é possível dizer do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965) como um marco significativo para a Igreja Católica, que trouxe profundas reflexões e reformulações sobre diversos aspectos da fé, da vida e da espiritualidade cristã. Convocado pelo Papa João XXIII e continuado pelo Papa Paulo VI, o Concílio visava renovar a Igreja e responder aos desafios do mundo moderno. Um dos pontos centrais do Concílio foi a promoção de uma espiritualidade cristã mais autêntica, acessível e ativa, voltada para uma vivência da fé em sintonia com os desafios e aspirações contemporâneos.

O Concílio Vaticano II, em seus documentos, destacou a centralidade de Cristo na espiritualidade cristã. De acordo com a *Lumen Gentium*, documento conciliar, enfatizou-se que a verdadeira vida espiritual deve ser fundamentada na pessoa de Jesus Cristo e em seu exemplo de amor, humildade e serviço. O Concílio propôs uma espiritualidade cristocêntrica, ou seja, centrada em Cristo, convidando os fiéis a buscar uma união mais profunda com Ele. Ressalta o Concílio que a Igreja é chamada a seguir a Cristo como modelo e a viver segundo seus ensinamentos.

Entretanto, não há um texto específico sobre espiritualidade como vê-se acerca da liturgia, das missões etc., o que não representa uma negação da relevância da espiritualidade. Ao contrário, trata-se de uma percepção de que esta deve permear tudo. Por exemplo, acerca do chamado universal à santidade, o Vaticano II reforçou que a santidade não é um chamado exclusivo para religiosos, clérigos ou pessoas consagradas, mas é o objetivo e a vocação de todos os batizados:

Todos os que, movidos pelo Espírito de Deus, obedecem à voz do Pai e adoram a Deus Pai em espírito e verdade, cultivam nos vários gêneros de vida e ofícios uma única santidade. Eles seguem a Cristo pobre, humilde e carregado com a cruz, para que mereçam ter parte na Sua glória. Mas cada qual deve avançar sem hesitação segundo os próprios dons e cargos pelo caminho da fé viva, que excita a esperança e opera pela caridade (LG 41).

A espiritualidade cristã é, portanto, acessível a todos e deve ser vivida no dia a dia, nas atividades comuns, na família, no trabalho e na comunidade. O Vaticano II encorajou os leigos a participarem ativamente na missão da Igreja e a buscarem

uma espiritualidade autêntica que lhes permita viver a santidade no mundo, em meio às realidades cotidianas.

O Concílio Vaticano II deu grande importância à Sagrada Escritura como fonte central da espiritualidade cristã. No documento *Dei Verbum*, por exemplo, o Concílio encorajou os fiéis a lerem, meditarem e vivenciarem a Palavra de Deus como uma prática fundamental para o crescimento espiritual:

A Igreja sempre venerou as divinas Escrituras, da mesma forma como o próprio Corpo do Senhor, já que, principalmente na Sagrada Liturgia, sem cessar toma da mesa tanto da palavra de Deus quanto do Corpo do Cristo o pão da vida, e o distribui aos fiéis (DV 21).

Com isso, a *Dei Verbum* destaca que a Bíblia é essencial para a vida cristã e que todos os fiéis devem ter acesso à Palavra de Deus e fazer dela o centro de sua vida espiritual. A espiritualidade cristã, segundo o Concílio, deve ser profundamente enraizada na Sagrada Escritura, que é o alimento espiritual do cristão e o guia para a vida de fé, para a permanência nas Palavras do Mestre. Dessa forma, o estudo bíblico e a leitura orante das Escrituras (*Lectio Divina*) passaram a ser promovidos como meios fundamentais para a vivência espiritual.

O Concílio Vaticano II enfatizou que a espiritualidade cristã não é apenas uma experiência individual, mas é vivida em comunhão com a Igreja. Na *Lumen Gentium*, o Concílio descreveu a Igreja como o "Povo de Deus" (LG 9-17) e destacou a importância da comunidade na vida espiritual.

A espiritualidade cristã, portanto, deve ser vivida em comunhão, em uma espiritualidade eclesial, que se concretiza na participação nos sacramentos, na liturgia, na vida comunitária e no serviço aos irmãos.

A *Sacrosanctum Concilium* (Constituição sobre a Sagrada Liturgia), outro documento conciliar, foi particularmente importante nesse sentido, pois incentivou uma renovação da liturgia, colocando-a no centro da vida espiritual da Igreja. A liturgia, sobretudo a Eucaristia, foi reafirmada como fonte e cume da espiritualidade cristã (SC 9-10), promovendo a unidade e a participação ativa dos fiéis.

O Concílio Vaticano II promoveu, ainda, uma espiritualidade de abertura e diálogo com o mundo moderno. A Igreja reconheceu a importância de se engajar nos problemas e desafios da sociedade contemporânea e de dialogar com as outras

religiões, culturas e filosofias. Essa abordagem foi especialmente enfatizada na *Gaudium et Spes* (A Alegria e a Esperança), que abordou o relacionamento da Igreja com o mundo.

A *Gaudium et Spes* (GS 21) encorajou os cristãos a serem testemunhas da fé no mundo, sendo sinais de esperança e agentes de transformação. A espiritualidade cristã, segundo o Concílio, deve englobar uma atitude de abertura e compromisso com a justiça social, com o cuidado dos mais pobres, com a paz e com a solidariedade entre os povos.

O Concílio Vaticano II deu ênfase especial ao papel dos leigos na Igreja e em sua missão evangelizadora. Na *Apostolicam Actuositatem* (Decreto sobre o Apostolado dos Leigos), o Concílio destacou que os leigos têm um papel essencial na vida e na missão da Igreja e que devem viver uma espiritualidade autêntica em suas atividades cotidianas.

Desse modo, os leigos são chamados a serem testemunhas de Cristo em suas famílias, trabalhos e comunidades. A espiritualidade cristã, assim, não está restrita ao ambiente religioso, mas deve estar presente em todas as dimensões da vida cristã. A vocação laical implica uma espiritualidade ativa e comprometida com o evangelho no meio do mundo.

Outro aspecto importante que o Vaticano II promoveu foi o diálogo ecumênico e inter-religioso, como expressão da espiritualidade de unidade e respeito pela diversidade. O documento conciliar *Unitatis Redintegratio* (Decreto sobre o Ecumenismo) incentivou os católicos a buscar a unidade entre os cristãos, valorizando o diálogo com outras denominações cristãs e reconhecendo que todos os batizados compartilham uma relação com Cristo.

Além disso, a *Nostra Aetate* (Declaração sobre as relações da Igreja com as religiões não-cristãs) expressou um respeito especial por outras tradições religiosas, incentivando o diálogo e o entendimento entre diferentes religiões. A espiritualidade cristã, segundo o Concílio, deve refletir um espírito de paz, respeito e acolhimento, promovendo a unidade e a fraternidade universal.

O Concílio Vaticano II reafirmou o compromisso da Igreja com o serviço aos pobres, aos marginalizados e a todos aqueles que sofrem. A espiritualidade cristã, de acordo com o Concílio, deve se expressar concretamente em obras de caridade e

solidariedade. O amor ao próximo é visto como uma dimensão essencial da vida espiritual, e os cristãos são chamados a viver a caridade como um testemunho do amor de Deus:

As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo. Não se encontra nada verdadeiramente humano que não lhes ressoe no coração (GS 1).

Dessa forma, a *Gaudium et Spes* destacou que a Igreja deve ser solidária com toda a humanidade, especialmente com aqueles que mais sofrem. A espiritualidade cristã, assim, envolve um compromisso com a dignidade humana, com a justiça social e com a promoção de um mundo mais justo e fraterno.

Assim, o Concílio Vaticano II trouxe uma nova visão sobre a espiritualidade cristã, promovendo uma espiritualidade mais ativa, enraizada em Cristo, acessível a todos os batizados, centrada na Palavra de Deus e vivida em comunidade. Essa espiritualidade é marcada pela abertura ao diálogo com o mundo, pelo engajamento social, pela valorização do papel dos leigos e pelo compromisso com a justiça social e a caridade.

O Concílio Vaticano II buscou renovar a espiritualidade cristã, destacando que a fé não é apenas uma prática religiosa individual, mas uma vivência integral que envolve todas as dimensões da vida humana, em unidade com a Igreja e com o compromisso de servir e testemunhar o evangelho no mundo moderno. Essa renovação espiritual, orientada pelo Vaticano II, continua a conduzir a Igreja Católica na atualidade, inspirando os fiéis a serem autênticos discípulos de Cristo e sinais de esperança para a humanidade.

3.3 Meios de cultivo da permanência em Cristo por meio da vida interior

Ao falar sobre a permanência em Cristo, é preciso antes ater-se à realidade de que todo fiel é, de antemão, incorporado nele por meio do sacramento do Batismo e que, por este, é introduzido no organismo da vida espiritual. Como ressalta Garrigou-Lagrange (2018a, p. 38): “Ora, pelo batismo, nós já recebemos o germe da vida

eterna, pois, por ele, recebemos a graça santificante que é o princípio radical dessa vida; e, com a graça santificante, recebemos a caridade infusa que deve durar eternamente". Sendo assim, essa incorporação em Cristo, torna-se um evento fundamental na vida cristã, pois marca também o início da união do fiel com o Corpo de Cristo: a Igreja.

Dessa forma, o Batismo regenera espiritualmente a criatura, tornando-a filha adotiva de Deus e membro do Corpo de Cristo (CIC 1213). Esta união é uma transformação radical, que confere ao cristão uma nova identidade, de modo que, a partir do momento da recepção deste sacramento, ele passa a fazer parte da comunidade dos filhos de Deus. Contudo, como ressalta o papa João Paulo II no documento *Ecclesia de Eucharistia* em seu n. 22, essa união é constantemente renovada e aprofundada ao longo da vida cristã e tem seu ápice na participação da eucaristia:

A incorporação em Cristo, realizada pelo Batismo, renova-se e consolida-se continuamente através da participação no sacrifício eucarístico, sobretudo na sua forma plena que é a comunhão sacramental. Podemos dizer não só que cada um de nós recebe Cristo, mas também que Cristo recebe cada um de nós. Ele intensifica a sua amizade conosco: "Chamei-vos amigos" (Jo 15,14). Mais ainda, nós vivemos por ele: "O que me come viverá por mim" (Jo 6,57). Na comunhão eucarística, realiza-se de modo sublime a inabitação mútua de Cristo e do discípulo: "Permaneçei em mim e eu permanecerei em vós" (Jo 15,4).

A Eucaristia, particularmente na sua forma plena, que é a comunhão sacramental, representa a renovação e a consolidação dessa incorporação, realidade esta que foi expressa de maneira sublime nas palavras do Mestre: "Quem come minha carne e bebe meu sangue permanece em mim, e eu nele" (Jo 6, 56). Conforme exposto pelo papa João Paulo II, **ao comungar o Corpo e o Sangue de Cristo, não se recebe apenas a Cristo, mas também o fiel é recebido por Ele.**

Com isso, este ato simboliza e efetiva uma amizade íntima e crescente entre o cristão e Cristo, como Jesus mesmo declara em Jo 15,14: "Vós sois meus amigos". A Eucaristia, portanto, não se limita a um simples ato de recepção; ela intensifica a relação de amizade e comunhão com Cristo, tornando essa união mais profunda e concreta a cada participação consciente e ativa no sacramento.

Por meio desse mistério, Cristo habita no cristão de maneira especial, e este, por sua vez, habita em Cristo, participando da vida divina que Ele oferece. **Essa**

união mútua não é apenas simbólica, mas real e transformadora, pois, conforme Jo 6,57, "também aquele que de mim se alimenta viverá por mim". A Eucaristia, portanto, não somente sustenta o fiel espiritualmente, mas capacita-o a viver conforme a vontade de Cristo, tornando-O a fonte e o centro de sua existência espiritual.

A respeito disso, Tanquerey (2014, p. 45) sublinha que:

Existe, portanto, entre Cristo e nós uma *comunhão de vida*. O que, segundo Bossuet, supõe *uma união íntima entre Ele e nós, tão íntima que constituímos com Ele um mesmo corpo como o sarmento e os ramos da videira são com o tronco um só corpo... uma influência interior de Jesus Cristo sobre nós, semelhante à do tronco sobre os ramos, que recebem dele toda a seiva de que são nutridos*. Nós fomos como que enxertados em Jesus Cristo, incorporados Nele. Por outras palavras, Cristo é a nossa cabeça e nós os seus membros. É dele que recebemos a vida e o movimento.

Assim, como os ramos estão unidos ao tronco da videira e dele recebem a seiva que os alimenta, os cristãos, de igual modo, estão unidos a Cristo em um só corpo, recebendo dele toda a vida espiritual necessária. Esta união é tão profunda que é possível afirmar que Cristo é a "cabeça" e os fiéis são seus "membros".

Por meio de Cristo, recebe-se a vida, a força e o impulso espiritual que sustenta a existência e a própria caminhada de fé. A vida espiritual é alimentada na permanência em Cristo que, conseqüentemente, liga o fiel à comunhão com a Santíssima Trindade, pois: "a nossa incorporação em Cristo une-nos intimamente às três pessoas divinas, porque são inseparáveis, e habitam umas nas outras, e unem-nos do mesmo modo a todos os cristãos" (Tanquerey, 2014, p. 46).

Assim, não somente por meio dos sacramentos do Batismo e da Eucaristia que o fiel estará unido a Cristo e, por Ele, unido ao Pai e ao Espírito Santo, mas por Cristo, participa de toda a vida sacramental, tendo Ele como cabeça:

Os sacramentos da nova lei foram instituídos por Cristo e são sete, a saber: o Batismo, a Confirmação, a Eucaristia, a Penitência, a Unção dos Enfermos, a Ordem e o Matrimônio. Os sete sacramentos atingem todas as etapas e todos os momentos importantes da vida do cristão: dão à vida de fé do cristão origem e crescimento, cura e missão. Nisto existe certa semelhança entre as etapas da vida natural e as da vida espiritual (CIC 1210).

No contexto da espiritualidade cristã, a união com Cristo se dá de forma especial por meio dos sacramentos, que são meios de graça instituídos por Ele para fortalecer e sustentar a vida dos fiéis. Estes sacramentos abrangem todas as fases e momentos significativos da vida do cristão, acompanhando-o em seu caminho de fé desde o início até o fim.

Conforme explicita do Catecismo da Igreja Católica (n. 1212-1690), a vida sacramental, portanto, atua em consonância com as diferentes etapas da vida humana, proporcionando nascimento, crescimento, cura e missão na vida espiritual, de forma análoga ao desenvolvimento natural do ser humano. Cada sacramento possui uma função específica no desenvolvimento espiritual do fiel, mas todos têm em comum o objetivo de facilitar uma relação mais íntima com Cristo e de levar o cristão a um estado de graça.

O Batismo (CIC 1213-1284), por exemplo, é o sacramento da iniciação à vida cristã, incorporando o fiel ao Corpo de Cristo e purificando-o do pecado original. A Eucaristia (CIC 1322-1419), por sua vez, é o alimento espiritual que sustenta e fortalece a comunhão com Cristo e com a Igreja. A Confirmação (CIC 1285-1321), ou Crisma, completa a graça batismal e fortalece o fiel para a vida de testemunho cristão.

Assim, a vida sacramental se desdobra em diversas dimensões e fases, que correspondem às necessidades e aos desafios da vida cristã em diferentes momentos. A Penitência ou Reconciliação (CIC 1422-1498) permite a reconciliação com Deus e com a comunidade eclesial, enquanto a Unção dos Enfermos (CIC 1499-1532) proporciona conforto e fortalecimento em momentos de sofrimento físico ou espiritual. O sacramento da Ordem (CIC 1536-1600) configura aqueles que são chamados ao ministério pastoral e ao serviço da comunidade, enquanto o Matrimônio (CIC 1601-1666) santifica a união conjugal e a vida familiar, refletindo o amor de Cristo pela Igreja.

Desse modo, a centralidade de Cristo na vida sacramental significa que, ao participar dos sacramentos, o cristão é constantemente conduzido a uma união mais profunda com Ele, que é a cabeça do Corpo místico. Essa união não é apenas individual, mas incorpora o fiel na comunidade eclesial, participação da vida em comunidade, e no mistério trinitário.

Em última análise, de acordo com o Catecismo, pode-se afirmar que a permanência em Cristo por meio da vida sacramental visa transformar o cristão em uma imagem viva de Cristo, capacitando-o a viver de acordo com o Evangelho e a dar testemunho da fé em sua vida cotidiana.

Portanto, a espiritualidade sacramental da Igreja encontra em Cristo cabeça sua fonte e fundamento (LG 7). Reafirma o Concílio Vaticano II (LG 8), que Ele é o mediador entre Deus e a humanidade, e é por meio d'Ele que os sacramentos se tornam eficazes, conferindo a graça necessária para o crescimento na vida espiritual e para a realização do chamado de cada cristão ao amor e à santidade e, por isso, a comunhão com Deus.

Paralelamente à vida sacramental, o fiel cristão encontra também outros meios que favorecem essa permanência no Divino Salvador. Como ressalta o Sagrado Concílio acerca da centralidade da Palavra de Deus na vida da Igreja conforme supracitado neste trabalho. Assim, a *Dei Verbum* n. 25 ressalta que:

Exorta igualmente o Santo Sínodo a todos os fiéis cristãos, principalmente aos Religiosos, com veemência e de modo peculiar a que, pela freqüente leitura das divinas Escrituras, aprendam "a eminente ciência de Jesus Cristo" (Filip 3,8). "Porquanto ignorar as Escrituras é ignorar Cristo". Achequem-se, pois, de boa mente ao próprio texto sagrado, quer pela Sagrada Liturgia repleta da palavra de Deus, quer pela piedosa leitura, quer por cursos apropriados e outros meios que, com a aprovação e empenho dos Pastores da Igreja, hoje em dia louvavelmente se difundem por toda parte. Lembrem-se, porém, que a leitura da Sagrada Escritura deve ser acompanhada pela oração a fim de que se estabeleça o colóquio entre Deus e o homem; pois "a Ele falamos quando rezamos; a Ele ouvimos quando lemos os divinos oráculos".

Diante desse apelo, o Concílio Vaticano II destaca a importância do contato constante com as Sagradas Escrituras. A leitura bíblica não é apenas uma prática devocional, mas um meio essencial de conhecer a Cristo e, conseqüentemente, permanecer unido a Ele, para cultivar os mesmos sentimentos de Cristo (FI 2, 5).

O Concílio alerta ainda que, seja por meio da liturgia, da leitura pessoal ou de estudos guiados, o acesso à Palavra deve ser acompanhado pela oração, permitindo que se estabeleça um diálogo profundo entre Deus e o homem.

A respeito desse diálogo com Deus, Catão (2009, p. 170-174) discorre que a Teologia Espiritual ensina que a oração é um dos elementos mais importantes da

vida cristã, posicionando-se como uma forma privilegiada de comunhão com Deus. Na perspectiva católica, a oração não é apenas uma prática devocional, mas o coração pulsante da espiritualidade cristã, sendo ao mesmo tempo expressão e vivência da relação pessoal do fiel com o sagrado.

A oração transcende as palavras e os sentimentos humanos, tornando-se uma realidade interior que aproxima a alma de Deus e alimenta a fé dos cristãos. Catão (2009) explica que a oração é vista como um meio pelo qual os cristãos celebram sua intimidade com Deus e vivenciam sua presença no Espírito Santo. Nesse sentido, ela é descrita não como um mero ritual, mas como um "sim" contínuo à vontade de Deus, uma abertura total à Sua graça e uma expressão de amor e comprometimento com Ele.

De acordo com o Catecismo da Igreja Católica (2559-2565), a oração é um diálogo inefável entre o fiel e Deus, uma forma de comunhão que envolve todo o ser. Em sua obra *Espiritualidade cristã*, Catão (2009, p. 170) prossegue dizendo que esse diálogo é descrito por Santa Teresinha de Lisieux como um "impulso do coração", isto é, uma resposta interior que não depende de fórmulas ou composições elaboradas, mas de uma sinceridade de alma e de um amor puro.

Assim, a oração não se limita a uma prática intelectual ou emocional, mas é uma experiência viva de encontro com Deus, em que a pessoa se sente chamada a entregar-se plenamente a Ele, independente das circunstâncias, sejam de sofrimento ou alegria, como exorta o Apóstolo Paulo: "orai sem cessar" (1 Ts 5, 17).

Além disso, a oração é apresentada pela Igreja como uma herança da Tradição, com raízes profundas nas Escrituras e na história da Igreja, sublinha Catão (2009). Desde os primeiros cristãos até os dias atuais, a oração sempre foi um elemento fundamental da vida cristã, moldando a espiritualidade e inspirando a vida das comunidades e dos indivíduos.

No Catecismo (CIC 2264), a Igreja distingue três formas principais de oração: a oração vocal, a meditação e a oração contemplativa. Essas formas, embora diferentes, não se excluem, mas se complementam, oferecendo ao fiel diferentes caminhos para viver sua comunhão com Deus.

A oração vocal é uma forma mais simples, onde as palavras expressam o desejo de se comunicar com Deus. A meditação, por sua vez, permite uma reflexão

mais profunda sobre as verdades da fé, enquanto a oração contemplativa é uma experiência de união íntima com Deus, que ultrapassa as palavras e o raciocínio. Todas essas formas de oração são consideradas essenciais e contribuem para o crescimento espiritual do fiel.

Como meio de permanência em Cristo pela oração, a Igreja também ensina que ela é um "combate espiritual":

Na realidade, a oração encontra, até mesmo acentuadas, todas as dificuldades da busca de Deus, que caracteriza a espiritualidade cristã. Por isso o Catecismo da Igreja Católica dedica um capítulo inteiro ao combate da oração (nn. 2725-2745). A escola da oração será muitas vezes marcada pelo que viveu Jesus ao se aproximar de sua hora, na medida em que tomamos consciência de tudo que nos afasta o coração de Deus e do pleno acolhimento de sua vontade no cotidiano de nossa vida (n. 2746-2751) (Catão, 2009, p. 173).

Em síntese, a Teologia Espiritual apresenta a oração como o centro da vida cristã, um espaço onde o fiel encontra-se com Deus e se deixa transformar por Ele. Por meio da oração, o cristão alimenta sua espiritualidade, corresponde ao chamado do Mestre: "Permanecei em mim" (Jo 15,1-8), encontra força para enfrentar as dificuldades e se torna uma testemunha viva do amor de Deus no mundo.

Outra realidade importante para o acompanhamento e crescimento da vida com Deus é a questão da direção espiritual, desconhecida ou relegada por muitos na Igreja. Segundo Sciadini (2006), a direção espiritual é compreendida como um processo de orientação e acompanhamento no qual o fiel é ajudado a crescer em sua vida interior e a discernir a vontade de Deus em suas ações e decisões.

Historicamente, a direção espiritual teve altos e baixos, sendo valorizada em certos períodos e, em outros, negligenciada, especialmente com o surgimento de novas visões de autossuficiência, nas quais o indivíduo considera-se plenamente capaz de conduzir sua própria vida sem o auxílio de um diretor espiritual, destaca Sciadini (2006).

Um dos principais problemas que Sciadini (2006) aponta, a respeito da fuga da direção espiritual, é o crescimento de uma visão de independência exacerbada que se desenvolveu na sociedade moderna, especialmente a partir do século XX,

influenciada pela ideia de que cada pessoa deve ser autônoma e capaz de determinar seu próprio caminho sem intermediários.

Essa autossuficiência, de acordo com o autor, embora possa ser positiva em alguns aspectos, cria uma barreira para a abertura ao aconselhamento e à correção fraterna, ou até mesmo uma visão externa à pessoa para uma situação específica que esteja passando. Em contrapartida, a dependência exagerada dessa direção também é prejudicial, pois inibe o desenvolvimento da autonomia pessoal e faz com que a pessoa dependa exclusivamente de outros para tomar decisões:

A não credibilidade na validade e utilidade da direção espiritual tem, sem dúvida, várias causas. A primeira de todas é o conceito de auto-suficiência, que lentamente começou a fazer parte da nova visão da vida humana e teológica. Esta auto-suficiência poderia ser formulada nestes termos: Eu sou suficientemente adulto, maduro, dono de mim mesmo e, portanto, sei o que quero, sei como agir e não necessito de intermediários no meu diálogo com Deus e com os demais e na construção da minha personalidade. Esta visão não é totalmente errada. Todos os extremos são sempre incompletos. A auto-suficiência gera orgulho, rejeição dos outros e uma espécie de poder que nos afasta de todas as mediações. Por outro lado, a dependência é nociva na formação do caráter e da personalidade, porque nos impede de ser nós mesmos e faz com que necessitemos dos outros não para amá-los e sermos amados, mas como ponto de apoio, porque sozinhos não sabemos decidir (Sciadini, 2006, p. 73).

Dessa forma, Sciadini (2006) destaca que a direção espiritual, quando equilibrada, oferece um espaço para o diálogo, a reflexão e o desenvolvimento do fiel, respeitando sua individualidade e promovendo sua abertura ao conselho e à correção e o avanço na vida espiritual. Esse processo, longe de ser uma imposição, busca fortalecer o fiel em sua busca pela santidade, orientando-o para uma vida cristã autêntica.

Portanto, a direção espiritual é entendida pela Igreja como uma prática essencial para o desenvolvimento da vida de fé, proporcionando ao fiel um espaço para refletir sobre sua vida interior, aprofundar sua relação com Deus e discernir sua vocação. Essa direção pode ser feita por um sacerdote ou outra pessoa madura na fé. A importância da direção espiritual reside, pois, na capacidade de orientar o fiel em sua caminhada espiritual, ajudando-o a enfrentar desafios e crises de fé e a viver com autenticidade os ensinamentos cristãos.

Ainda sobre a permanência no Cristo, é possível falar da presença da Mãe do Salvador na vida interior do cristão. O teólogo Tanquerey (2014) destaca o papel especial da Virgem Maria na vida espiritual dos fiéis, sublinhando a responsabilidade do cristão em honrá-la e confiar em sua intercessão como Mãe do Soberano Pontífice e mediadora junto a Jesus.

Tanquerey (2014) afirma que todos os cristãos devem possuir uma confiança filial em Maria. Reconhecendo-a como medianeira entre Deus e a humanidade, ele sugere que o caminho espiritual passa por ela, uma vez que Cristo, nosso Soberano Pontífice, veio ao mundo através dela. Esse percurso espiritual, em que Maria se torna "o caminho mais seguro, curto e suave" para Cristo, é reforçado pela sua proximidade espiritual aos fiéis e pelo seu "crédito ilimitado" com seu Filho, ressalta o teólogo. Assim, Maria se torna uma intercessora especialmente poderosa, pois, como mãe, ela está sempre disposta a levar os filhos da Igreja até o Senhor.

Nesta perspectiva, os cristãos devem se dirigir a Deus passando pelo coração de Maria, confiando a ela suas ações de graças, louvores e pedidos, expressos por meio de uma confiança filial à Mãe intimamente ligada a seu filho. Isso ocorre, por exemplo, por meio da contemplação dos mistérios da Redenção presentes na oração e meditação do Santo Rosário. Tanquerey (2014) enfatiza que, por meio de Maria, esses atos se tornam mais gratos e agradáveis a Deus.

Tanquerey (2014) reforça ainda que a intercessão de Maria é vital para o sucesso do apostolado cristão, pois ninguém consegue glorificar a Deus ou salvar almas sem auxílio divino. Ele afirma que Maria, pela sua ligação estreita com Cristo e com a Igreja, intercede constantemente pelo Papa, pelo clero e pelos leigos, ajudando-os a cumprir sua missão.

A respeito disso, reforça o Concílio Vaticano II que:

Um só é o nosso Mediador segundo as palavras do Apóstolo: "Porque um só é Deus, também há um só Mediador entre Deus e os homens, o homem Cristo Jesus, que se entregou para redenção de todos" (1 Tim 2,5-6). Todavia a materna missão de Maria a favor dos homens de modo algum obscurece nem diminui esta mediação única de Cristo, mas até ostenta sua potência, pois todo o salutar influxo da Bem-aventurada Virgem a favor dos homens não se origina de alguma necessidade interna, mas do divino beneplácito. Flui dos superabundantes méritos de Cristo, repousa na Sua mediação, dela depende inteiramente e dela auferir toda a força. De modo algum impede, mas até favorece a união imediata dos fiéis com Cristo (LG 60).

Assim, mesmo após sua Assunção, Maria não abandonou sua missão, pois ela intercede continuamente pelos fiéis, acompanhando-os como Mãe carinhosa e auxiliadora em sua caminhada espiritual. Desse modo, a Igreja reconhece essa missão de Maria como medianeira, advogada e socorro, uma mediação subordinada à de Cristo, o único mediador. No entanto, é uma mediação poderosa, que auxilia o cristão a se aproximar mais intimamente de Jesus, pois está em comunhão com seu Filho.

Com isso, de acordo com o Concílio Vaticano II, nas reflexões que seguem (LG 60-62), é possível afirmar que a presença de Maria na vida espiritual do cristão é uma presença materna e constante. **Como Mãe de Jesus, ela não apenas deu à luz o Salvador, mas se uniu a Ele no seu sofrimento e missão redentora, acompanhando-o até o calvário e oferecendo-O ao Pai. Essa doação foi um ato profundo de fé e amor, que não apenas manifesta sua entrega, mas também a torna a mãe de todo batizado na ordem da graça.**

Por fim, a Virgem Maria inspira o fiel a caminhar com coragem, oferecendo sua presença e intercessão como apoio constante. Ela é a Mãe que acompanha, protege e guia seus filhos espirituais rumo à salvação, convidando-os, por seu exemplo e mediação a confiar sempre mais em Cristo.

Em síntese, a espiritualidade cristã está profundamente enraizada na permanência em Cristo, uma experiência que é não apenas simbólica, mas real e transformadora, concretizada pelos sacramentos e pela oração, os quais sustentam e fortalecem a união entre o fiel e o Salvador.

Essa união é continuamente renovada e aprofundada ao longo da vida cristã, consolidando uma relação de intimidade com Cristo que transcende uma prática devocional e se torna um processo de constante conversão e crescimento espiritual.

Como observado, a intercessão de Maria, como Mãe espiritual e medianeira, fortalece a vida de fé, orientando o cristão a uma comunhão mais íntima e completa com Jesus, de modo que sua vida se torne um reflexo dos ensinamentos evangélicos.

Em última análise, essa permanência em Cristo conduz o cristão a uma participação ativa na vida da Santíssima Trindade e o impulsiona a vivenciar os

valores evangélicos, manifestando-se em serviço e amor ao próximo enquanto peregrino neste mundo, porém nutrindo a fiel esperança da unidade plena na Glória.

CONCLUSÃO

Compreende-se que este trabalho reafirma a importância do conceito de “permanecer em Cristo” como fundamento essencial da vida interior, com base na análise exegética e hermenêutica da passagem joanina de 15, 1-8 e à luz da Teologia Espiritual. A metáfora da videira e dos ramos revelou-se central para a compreensão da espiritualidade cristã, apontando para a necessidade de uma conexão contínua e vital com Cristo como condição para a produção de frutos espirituais autênticos. No início desta pesquisa, o estudo explorou o desenvolvimento da comunidade joanina, que encontrou na permanência em Cristo a base de sua identidade e força diante das adversidades. Esse contexto histórico inicial foi importante para entender a força do chamado espiritual de Jesus, que convida seus discípulos a uma relação profunda de permanência na verdadeira fé, marcada pela confiança e compromisso em permanecer em sua palavra.

O segundo capítulo do trabalho destacou a importância de uma leitura exegética e hermenêutica de João 15, 1-8, revelando que o verbo “permanecer” no original grego não se refere apenas a um simples estado de adesão, mas a um vínculo ativo, contínuo e dinâmico que demanda fidelidade e perseverança. Essa permanência exige dos fiéis uma entrega constante e um compromisso profundo com a pessoa de Cristo, reconhecendo-o como a fonte e centro de toda vida e espiritualidade. A exegese da passagem permite compreender que o fruto que os discípulos são chamados a produzir só é possível por meio de uma união íntima com Cristo. Assim, a metáfora da videira e dos ramos ilustra o relacionamento vital entre o Mestre e seus seguidores, onde a vida espiritual de cada cristão depende inteiramente dessa ligação com Cristo.

No terceiro capítulo, o estudo ampliou a compreensão da vida interior na Teologia Espiritual, apresentando práticas que auxiliam o cristão a fortalecer e aprofundar sua conexão com Cristo, como a oração, os sacramentos, a caridade, a importância do acompanhamento espiritual e o relacionamento filial com a Virgem Maria. Esses elementos da vida interior são formas concretas de cultivar a permanência em Cristo, permitindo que o fiel desenvolva uma espiritualidade sólida e comprometida. A pesquisa ressaltou que, na perspectiva da Teologia Espiritual, a

vida em Cristo implica um caminho de amadurecimento espiritual e uma resposta ativa ao chamado de viver o amor de Deus na comunidade e no mundo. Permanecer em Cristo significa não apenas seguir Seus ensinamentos, mas estar unido a Ele de forma que Sua essência transforme a vida do cristão.

Em síntese, este trabalho contribui para uma compreensão mais profunda da espiritualidade cristã, enfatizando que “permanecer em Cristo” é o alicerce para uma vida de fé autêntica e plena. Esse conceito não se limita à prática individual, mas impacta a comunidade cristã, que é chamada a testemunhar essa união por meio de suas ações e frutos espirituais. Assim, permanecer em Cristo transforma-se em um chamado para a Igreja e seus membros, levando-os a uma vida de comunhão, serviço e testemunho constante. A pesquisa, portanto, reforça a necessidade de um compromisso contínuo com a vida interior e com a prática dos ensinamentos de Cristo, de forma que cada fiel possa viver uma espiritualidade viva e frutífera, refletindo o amor de Deus em suas ações e na vida da comunidade cristã.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipona, 354-430. **Comentários a São João I: Evangelho** (homilias 1-49) / Santo Agostinho. Tradução de Nair de Assis Oliveira, Luciano Rouanet Bastos. São Paulo: Paulus, 2022. (Coleção Patrística)
- AQUINO, Tomás. **Catena Áurea** - Exposição contínua sobre os Evangelhos. v. 4: Evangelho de São João. Campinas: Ecclesiae, 2021.
- BÍBLIA SAGRADA. **Bíblia de Jerusalém**. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Paulus, 2002.
- BORING, M. Eugene. **Introdução ao Novo Testamento**: história, literatura, teologia. Tradução de Adenilton Tavares Aguiar. Santo André: Academia Cristã; São Paulo: Paulus, 2015.
- BROWN, Raymond E. **A comunidade do discípulo amado**. Tradução de Euclides Carneiro da Silva. São Paulo: Paulinas, 1983.
- BROWN, Raymond E. **Introdução ao Novo Testamento**. Tradução de Paulo E Valerio. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2012.
- CATÃO, Francisco. **Espiritualidade cristã**. São Paulo: Paulinas, 2009. (Coleção livros básicos de teologia; 14).
- CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. São Paulo: Edição típica Vaticana; Loyola, 2000.
- COMPÊNDIO DO VATICANO II. **Constituições, decretos, Declarações**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- EYMARD, Pedro Julião. **Considerações espirituais**: sacerdócio e vida cristã. São Paulo: Cultor de Livros, 2020. v. 5.
- FITZGERALD, Allan D. (org.); FREITAS, Heres Drian de O (coord.). **Agostinho através dos tempos**: uma enciclopédia. São Paulo: Paulus, 2019.
- GARRIGOU-LAGRANGE, Reginald. **A Mãe do Salvador e nossa vida interior**. Tradução de José Eduardo Câmara de Barros Carneiro. Campinas: Ecclesiae, 2017.
- GARRIGOU-LAGRANGE, Reginald. **As três idades da vida interior**. São Paulo: Cultor de Livros, 2018a. Tomo I.
- GARRIGOU-LAGRANGE, Reginald. **As três idades da vida interior**. São Paulo: Cultor de Livros, 2018b. Tomo II.
- GRONDIN, Jean. **Hermenêutica**. São Paulo: Paralela, 2012.

JOÃO PAULO II, PP. **Carta Encíclica *Ecclesia de Eucharistia***: sobre a eucaristia na sua relação com a Igreja. São Paulo: Paulinas, 2003.

KONINGS, Johan. **Evangelho segundo João**: amor e fidelidade. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

LA POTTERIE, Ignace de *et al.* **Exegese cristã hoje**. Petrópolis: Vozes, 1996.

LÉON-DUFOUR, Xavier. **Vocabulário de Teologia Bíblica**. Tradução de Simão Voigt. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

LÉON-DUFOUR, Xavier. **Leitura do Evangelho Segundo São João III**. Tradução de Johan Konings. São Paulo: Loyola, 1996.

NASCIMENTO, Douglas. A compreensão da comunidade joanina em Raymond E. Brown. **Atualidade Teológica**, Rio de Janeiro, v. 48, p. 653-664, set./dez.2014.

PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. **A interpretação da Bíblia na Igreja**. 9. ed. São Paulo: Paulinas, 2010.

ROYO MARÍN, A. **Grandes mestres da vida espiritual**: história da espiritualidade cristã. Tradução de Ricardo Harada. Campinas: Ecclesiae, 2019.

RUSCONI, Carlo. **Dicionário do Grego do Novo Testamento**. Tradução de Irineu Rabuske. São Paulo: Paulus, 2003.

SCIADINI, Frei Patrício. **A pedagogia da Direção Espiritual**. São Paulo: Loyola, 2006.

SILVA, Leonardo Henrique; ARAÚJO, Gilvan Leite. A Igreja de Éfeso: um contato entre as tradições joanina e paulina. **Revista de Cultura Teológica**, São Paulo, ano XXIV, n. 88, p. 386-401, jul./dez. 2016.

SILVA, Vitor Manuel Guerra Vaz. **O Discípulo Amado**. Orientador: Joaquim Carreira das Neves. 2007. Faculdade de Teologia – Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2007.

TANQUEREY, Adolphe. **O dogma e a vida interior**. São Paulo: Cultor de Livros, 2014.

TANQUEREY, Adolphe. **Compêndio de Teologia Ascética e Mística**. Campinas: Ecclesiae, 2018.

TERESA DO MENINO JESUS, Santa, 1873-1897. **Obras completas escritas e últimos colóquios**: Santa Teresa do Menino Jesus e Sagrada Face. Tradução de Paulus Editora com colaboração das monjas do Carmelo do Imaculado Coração de Maria e Santa Teresinha. São Paulo: Paulus, 2016.

VASCONCELLOS, Pedro Lima. **Lendo o evangelho segundo João**: para que todos tenham vida. São Paulo: Paulus, 2018.

ZEVINE, GIORGIO. **Evangelho segundo João**. Tradução de Hugo Neves Ferreira; revisão exegética de Euclides M. Balancin. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1996, v. II.

